



UNIVERSO **DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

V. 01 - N. 01
JANEIRO A DEZEMBRO - 2012
ISSN 2238-8672

UNIVEN
Faculdade do Grupo Univix



UNIVERSO
DE **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

UNIVEN
FACULDADE DE NOVA VENÉCIA

ISSN 2238-8672

UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN
v. 01 n. 1 Jan/Dez – 2012 - Anual

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Diretor Geral

Fernando Bom Costalonga

Coordenadora de Graduação

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Coordenadores de Curso:

Ciências Contábeis / Petróleo e Gás

Alcione Cabaline Gotardo

Administração

Jaqueline Guimarães

Direito

Maxwilian Novais Oliveira

Educação Física

Dayane Graciele de Jesus Miranda

Enfermagem

Ivan Paulino

Engenharias

Giuliana de Angelo Ferrari

Pedagogia / Letras

Manuela Brito Tiburtino Camata

Psicologia

André Mota do Livramento

Serviço Social

Cristiane Oliosí

Coordenadora Pedagógica

Maria das Graças Lopes Herculano

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Viviane Dias de Carvalho Pontes

Endereço para correspondência

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta

Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco

29830-000 – Nova Venécia – ESe-mail: alexandrao@univen.edu.br

Universo de Ciências Contábeis / Faculdade Capixaba de Nova Venécia – v. 1. n.1, 2012 – Nova Venécia: UNIVEN, 2012.

Anual
ISSN 2238-8672

1. Pesquisa científica: Periódicos 2. Ciências Contábeis I. Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

CDD. 657.05

Capa

Alex Cavalini Pereira

UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SUMÁRIO

ARTIGOS

O Surgimento da Contabilidade no período antigo até a criação do método das partidas dobradas	6
Alder Paiva	
Eduardo Elias Frigério	
Gisleny Thuany Zen Silva	
Ivanete Da Silva Moraes	
Marcus Vinícius Domingos Barbosa	
Rafael da Conceição	
Ronara Wutkowski Potin	
A Nova Lei 11638/07 e seus desafios para a Contabilidade Brasileira	17
Aline da Silva Souza	
Alyne de Lima Gonçalves	
Andréia da Silva Custódio	
Bianca de Castro Machado Louback	
Carla Rodrigues Boone	
Maja da Rocha Nogueira	
Mayanne Caldeira Mendes	
Roseane Petarle de Souza	
Os Princípios da Contabilidade	31
Alexandre Pereira de Magalhães	
Aline Nicomedes dos Santos	
Bruna Pezzin Paulúcio	
Dinalva de Almeida Silva	
Paulo de Oliveira da Silva	
Rosiane Nogueira do Carmo	
Tatieli Boni	
Roseane Petarle de Souza	
Publicidade e Ética Contábil	42
Angélica Vesper	
Danielly de Oliveira Stange	
Geraldo Eliandro Rodrigues	
Gilmar Buss	
Juliana Raach	
Kênia Penitente Santana	
Luane Brandenburg	
Roseane Petarle de Souza	
Nota Fiscal Eletrônica e Gestão Contábil	51
Cleyce Kerkovsky dos Santos	
Dayane Coelho Silva	
Gean Silva Rodrigues	
Ionara Ribeiro Costa	
Juliano Carvalho Delogo	
Marcos Vinícius de Sousa Santos	
Thiago Possmoser	
Roseane Petarle de Souza	

A Contabilidade e o Avanço da Tecnologia 59

Danndara Souza de Araújo

Elivânia Alves Ovane

Leidiani de Souza Possebon

Poliane Silva Lopes

Reginaldo Ferreira Nascimento

Ricardo Junior Schimidt

Uélio Rodrigues Fonseca

Roseane Petarle de Souza

ISSN 2238-8672

EDITORIAL

É missão de uma Instituição de Ensino Superior (IES) o ensino, a extensão e a pesquisa. Quanto ao ensino, o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN funciona regularmente e atualmente com os 1º, 2º, 4º, 6º e 8º Períodos de Graduação. No fazer da extensão universitária, onde os acadêmicos de ciências contábeis participam de projetos comunitários e solidários, destaca-se a participação em ações sociais, com parcerias diversas, cursos e projetos de extensão etc. No momento, os acadêmicos na iniciação científica, procuram o despertar na pesquisa científica em Ciências Contábeis e nessa messe, faz-se-a a publicação da **REVISTA UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**.

O primeiro número apresenta-se alguns artigos originais, que foram realizados durante o semestre de 2011, na disciplina de Metodologia da Pesquisa, com os discentes do 1º Período do Curso de Ciências Contábeis sob orientação da professora Roseane Petarle de Souza na Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

A proposta é de um periódico anual, com a divulgação de artigos, projetos, pesquisas e relatos de experiência diversos, lavra do trabalho do corpo docente e discente da UNIVEN.

Abertos para contribuições diversas, críticas, que muito ajudarão na melhoria do trabalho acadêmico.

Boa leitura a Todos!

Profª. MSc. Alcione Cabaline Gotardo

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis/UNIVEN

O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO PERÍODO ANTIGO ATÉ A CRIAÇÃO DO MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Alder Paiva¹
 Eduardo Elias Frigério²
 Gisleny Thuany Zen Silva³
 Ivanete Da Silva Moraes⁴
 Marcus Vinícius Domingos Barbosa⁵
 Rafael da Conceição⁶
 Ronara Wutkowski Potin⁷
 Roseane Petarle de Souza⁸

RESUMO

A contabilidade, como toda ciência, nasceu de uma necessidade e esta foi a busca que o homem começou para obter o controle de seus bens. Com o decorrer do tempo, o crescimento patrimonial dos povos fez com que este controle se tornasse mais complexo e para alcançar essa evolução à ciência contábil teve que apresentar rápida e eficiente transformação para atender as necessidades específicas de cada civilização. Assim apresenta-se a origem da história contábil do período antigo até o surgimento do método das “Partidas Dobradas” com frei Luca Paccioli. Os mesopotâmicos (sumério-babilônicos, assírios e fenícios) foram grandes contribuintes para o método de Paccioli – a invenção do papiro, por exemplo, contribuiu para a criação dos livros de lançamentos e sua escrituração continha contas de “Custos e Receitas” que a partir daí era apurado o saldo do estoque - e foi a partir dos seus registros de compra e venda de mercadorias que o frei elaborou sua publicação. Esta por sua vez, tornou-se uma referência na história contábil mundial, pois o método tornou-se tão eficaz que é utilizado pelos usuários de contabilidade até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio. Livros contábeis. Civilização Mesopotâmica.

ABSTRACT

The accounts, like all science, born out of need and this was to search the man started to get control of their property. Over time, the asset growth of people made this control becomes more complex to achieve this evolution and the science had to make accounting fast and efficient processing to meet the specific needs of each civilization. Thus presents the origin story of the accounting period until the emergence of ancient method of "double-entry bookkeeping" with monk Luca Paccioli. The Mesopotamian (sumerian-babylonian, assyrians and phoenicians) were major contributors to the method of Paccioli - the invention of papyrus,

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

² Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

⁴ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

⁵ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

⁶ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

⁷ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

⁸ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

for example, helped to create and release the books of your bookkeeping accounts contained "Costs and Revenues" from the there was found the balance of the stock - and it was from their records of purchase and sale of goods produced Friar publication. This in turn has become a landmark in world history book, because the method has become so effective that is used by the users of accounting until the present day.

KEY-WORDS: Heritage. Ledgers. Mesopotamian civilization.

1 INTRODUÇÃO

A origem da contabilidade no período antigo, antes do método das Partidas Dobradas é uma parte da história extremamente relevante, não só para os bacharelados do curso de ciências contábeis, mas também para todos os interessados na área que queiram saber a fonte de onde tudo se originou. O método do Frei Luca Paccioli sem dúvida tornou-se um marco na história contábil, porque foi a partir de sua publicação que a contabilidade inseriu-se entre os ramos do conhecimento humano e tornou-se o que é hoje, entretanto, bem antes desse método como os povos antigos organizavam suas riquezas e de que maneira registravam ou arquivavam esses dados?

Esse artigo busca se aprofundar no período antigo da contabilidade demonstrando a importância de se conhecer as raízes desde os métodos primitivos, que serviram como base para os estudos de Paccioli. Acredita-se que na antiguidade o homem sentiu uma necessidade de organizar seus bens. Reis, imperadores e conquistadores já utilizavam formas arcaicas de contabilidade para controlar suas terras, plantações e rebanhos garantindo a conservação de suas riquezas por toda a vida.

Na realização desse artigo utilizou dados primários e secundários, portanto define-se essa pesquisa como exploratória, descritiva e bibliográfica.

2 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ORIGEM DA CONTABILIDADE

Após o fim da vida de nômade, o homo sapiens passou a se fixar aderindo à vida social e utilizando da terra para adquirir seu sustento e de sua família. Ao longo de sua vida ele acumulou bens e estes eram passados aos seus sucessores de geração em geração. Com a atividade de trocas de bens, o homem se viu na necessidade de registrar suas riquezas para manter um controle. Foi a partir daí que a contabilidade começou a dar seus primeiros passos. Esse breve resumo histórico ilustra os dizeres de Martins (2001, p. 111):

A contabilidade, mesmo sem os mecanismos modernos disponibilizados no Novo Milênio, se faz presente junto à sociedade há muitos anos antes de Cristo, mantendo sua máxima que é informar. O seu desenvolvimento acompanha a evolução da civilização, cujo crescimento e progresso da humanidade faz com que se torne cada vez mais eficiente e fiel a que se propõe.

As pinturas líticas e gravações em ossos foram importantes fontes de pesquisa das primeiras atividades financeiras em que se identificavam o elemento patrimonial que na época eram na maioria ossos de animais. O homem primitivo aprendeu a controlar e armazenar suas posses não precisando mais recorrer sempre a natureza para aderir as suas necessidades.

Segundo Sá (1997, p. 21):

O mais antigo documento desta época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuiet. Foi encontrado na gruta de D'Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França; é uma lâmina de ossos de rena, contendo sulcos que indicam quantidades.

Estes achados são a comprovação de que o homem mesmo de forma rudimentar, tentava de algum modo gravar, em um objeto de seu acesso suas posses para melhor memorização e organização.

Argumentava o mestre que desde que a célula social nasceu (azienda), como família, mesmo nas sociedades mais rudimentares, nasceu também a necessidade de conhecer a evolução os meios patrimoniais de que aquela dispunha, para atingir suas finalidades. (SÁ, 1997, p. 21)

A estruturação patrimonial participou da história da criação da sociedade e se incorporou a esta e na vida das famílias, pois o patrimônio surgiu no legado que era deixado de pais para filhos ou parentes.

2.2 DESENVOLVIMENTO CONTÁBIL

A primeira grande evolução da contabilidade ocorreu graças aos povos da região mesopotâmica: sumérios, fenícios e egípcios, que com a difusão de seus comércios passaram a registrar suas vendas e organizar seu estoque. Os gregos contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade com seus registros de entradas e saídas que eram expostos em praças públicas.

2.2.1 PRÉ-HISTÓRIA

Segundo Sá (1997, p. 20):

As mais antigas manifestações do pensamento contábil são as contas primitivas, ou seja, as que identificam os objetos (geralmente por figuras) e a quantidade desses mesmos objetos (geralmente por riscos ou sulcos) como meios patrimoniais.

O homem primitivo já buscava se organizar mesmo sem possuir equipamentos ou estudo adequado para isso. Relatava seu cotidiano nas cavernas através de pinturas rupestres e utilizava pedras e gravetos para representar seus bens, foram essas umas das maneiras encontradas por ele para contabilizar seus patrimônios.

De acordo com Moura (apud COSER, 2002, p. 5):

A contabilidade do mundo medieval apareceu em 1494, quando Frei Luca Paccioli enfatizou a teoria das partidas dobradas do débito e do crédito, correspondente a números positivos e números negativos, contribuindo para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

Entretanto, a contabilidade, já na época primitiva, tinha como objetivo o armazenamento de registros patrimoniais através da escrituração em objetos primitivos e mais tarde nos livros. Nesse período a contabilidade tinha como finalidade controlar principalmente os rebanhos através de desenhos arcaicos e gravações em cavernas.

Segundo Marion (apud COSER, 2002, p. 32):

Na Bíblia, no livro de Jó, o mais antigo da Bíblia, encontram-se passagens que sugerem práticas de conceitos da contabilidade. Observa-se que Jó era um homem muito rico, e havia uma disputa entre ele e seu sogro Labão, a riqueza dos dois (rebanho de ovelha) crescia a cada dia e, para controlar suas riquezas, eles faziam um controle quantitativo de forma rudimentar.

Comprova-se com mais clareza que a contabilidade existiu de fato antes das Partidas Dobradas e de forma bem organizada. Na bíblia há relatos da imensidão das posses de Jó. Com integridade e retidão ele conseguia controlar e organizar seus bens de forma a sempre crescer, evoluindo nas técnicas de manejo e no modo de lidar com a terra. Sua organização era tão precisa que era possível saber com exatidão a quantidade de seus rebanhos, bens e servos.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 33):

A relação de bens de Jó demonstra um cuidado no controle do seu patrimônio pessoal.

Por questões espirituais, um dia, Jó, perde toda sua fortuna, tornando-se um homem pobre, sem nenhum bem.

Mas no final do livro de Jó, algo surpreendente acontece. Também por motivos espirituais, ele recupera sua fortuna e não deixa de reencontrar um contador que, um certo momento, apresenta um relatório surpreendente: sua riqueza estava duplicada em relação ao primeiro inventário:

“E assim abençoou o Senhor o último estado de Jó, mais do que primeiro: porque teve catorze mil ovelhas, seis mil camelos, e mil juntas de bois e mil jumentas.”
(descrito no capítulo 42, versículo 12 livro de Jó)

Esse e diversos exemplos mostram que a contabilidade já existia com o primitivismo dos povos, ainda que os conhecimentos da matemática, das letras, dos negócios e até mesmo de patrimônio fosse limitado.

Mostra que já havia relatos de contadores que mesmo naquela época primitiva, já possuíam a capacidade de organizar relatórios com dados precisos de bens e posses de pessoas que possuíam patrimônio extenso.

Segundo Sá (1997, p. 25):

As escavações arqueológicas respondem pela descoberta de grande número de tabuletas com registros patrimoniais em camadas do solo, pois, as cidades conquistadas e arrasadas eram abandonadas e sobre elas, mais tarde, erguiam-se outras, já em períodos mais avançados de civilização.

Através da arqueologia que foi de grande relevância para a Contabilidade, pois através dela foram descobertos objetos importantes para o estudo contábil da pré-história.

Segundo Louzada (apud COSER, 2002, p. 27):

O objetivo da contabilidade consiste em fornecer informações diferenciadas aos vários tipos de usuários. Portanto, as demonstrações contábeis constituem numa das formas de comunicação da empresa para com seu meio sócio-econômico. Uma adequação entre dois pólos do processo, entidade e usuários, é essencialmente ao eficiente desenvolvimento do mercado como um todo, tanto para a tomada de

decisões racionais dos agentes econômicos – usuários de informação -, como para o adequado desenvolvimento e continuidade da entidade.

O objetivo principal da contabilidade já era usado na época primitiva, pois o povo já conseguia entender que só a partir de uma boa comunicação é que se conseguiria ter um controle melhor sobre o patrimônio.

Segundo Coser (2003, p. 22):

No campo contábil, há um grande acervo de conhecimento a ser utilizado (a literatura inicia-se em 1494, mas o saber tem raízes milenares, conforme provam os estudos de arqueologia contábil, relativos às escritas de custos nas panificadoras de Menfis, as Tábuas de Suméria, as lápides de Creta, dentre outros exemplos).

Demonstra-se claramente que somente os registros específicos dos assuntos contábeis começaram juntamente com a criação das Partidas Dobradas, mas não se nega as raízes milenares conforme dito acima que a Contabilidade tem e que é praticada muito antes que os registros em livros comessem, pois houve um grande processo evolutivo dentro da época primitiva para que se pudesse hoje ter toda essa extensa Ciência de controle e registros contábeis.

Segundo Coser (2003, p. 22):

As “correntes doutrinárias de pensamento”, formadas a partir de 1840, são distintas, cedendo acervos memoráveis de conhecimento, através da obras de VILLA, CERBONI, BESTA, ZAPPA, MAIS, AMADUZZI, ONIDA, CECCHERELLI, ROSSI, dentre outros.

Existe um grande acervo de livros feitos ainda na época medieval, que são muito lembrados nos dias atuais e grandes fontes de pesquisas e conhecimento nessa área tão extensa da Contabilidade.

2.2.2 MESOPOTÂMIA E EGITO ANTIGO

Segundo Strassburg (apud SÁ, 1995, p. 237-238):

Uma das arcaicas de Ur contém um inventário de cabras; algumas tabuletas de Fara têm como objeto de escrita os cereais e alguns outros diversos elementos. Entre as quais se dedicam aos vários objetos encontrados há as que se referem a: animais de carga destinados também ao cultivo da terra, divisão de terras alugadas, contas de pagamentos, contas dos inventários dos animais, contas de entradas e saída de metais e utensílios, contas dos bens consumidos ou sacrificados etc. Tais tabuletas, a fim de evitar adulterações, já tinham o ‘selo de sigilo’ do templo, alcançando-se desta forma, mais uma fase de evolução no controle e mais um progresso nas administrações.

Dessa forma esses povos conseguiram organiza-se e criaram um método mais eficaz para controle de seus bens. Com a atividade de troca de mercadorias, registravam todo e qualquer movimento patrimonial da civilização.

Sá (1997, p. 24), diz ainda:

A escrita cuneiforme, da Mesopotâmia, basicamente contábil, surgindo no IV milênio antes de Cristo, sendo mais utilizada nesse sentido que para qualquer outro, segundo afirmam estudiosos da questão, foi um desses progressos que, como os da era lítica, orgulham o conhecimento da Contabilidade, por sua qualidade como expressão do pensamento.

Essa escrita foi de suma relevância para o desenvolvimento contábil não só da Mesopotâmia, mas também de todo o globo e isso possibilitou o avanço considerável em relação à organização dos bens e a escrituração deles. O ponto de partida para o início dos registros contábeis foi a partir dessa invenção. Pode-se considerar que ela foi um marco tanto na história mundial quanto na história contábil.

Sá (1997, p. 26), complementa que:

Muitas, todavia, são as coincidências no uso da contabilidade entre os sumérios – babilônios e os egípcios, mas aqueles iniciaram antes; os recursos da racionalidade da escrita contábil, todavia, dariam outros passos, substancialmente grandes, com o uso do papiro, no Egito.

Pode se dizer que foi a partir dessa criação que deu-se início aos primeiros passos dos livros contábeis. O conteúdo deles era semelhante aos diários atuais, contendo data da compra, nome, quantidade e total. Os exemplos de contas existentes na época eram “Contas de Pagamentos de Escravos”, “Contas de Vendas Diárias”, “Contas Sintética Mensal dos Tributos Diversos”, etc.

2.2.3 GRÉCIA E ROMA ANTIGA

De acordo com Sá (1997, p. 29), “[...] sobre os gregos, louva-lhes a iniciativa da doutrina patrimonialista, ou seja, as primeiras instituições científicas da Contabilidade, isto é de relevante importância, embora não se tivesse constituído em uma fase ou período científico.”

As atividades bancárias foram exuberantes na Grécia devido a sua forma e organização. Nos templos e no Estado a Contabilidade era gravada em placas de mármore e afixada em praça pública, o que mostrava a preocupação que os gregos davam a perfeição e transparência desse registro, para que fosse de conhecimento de todos, as entradas e saídas de capitais.

Sá (1997, p. 29) comenta que, “chefiava a Contabilidade Pública, ao tempo de Clístenes, em Atenas, um colégio do *apodectai*, sendo a escrita centralizada e a questão financeira, para efeitos de pagamentos, dividida entre os diversos Caixas especiais”. Isso demonstra a preocupação que os gregos tinham em formar profissionais capazes de organizar esses dados e demonstrá-los aos demais cidadãos.

O orçamento do Estado era feito tendo por base a escrita dos *apodectai*, que eram os Contadores Públicos. Uma das maiores preocupações parece ter sido aquela de pagamento de pessoal, pois este era o principal item dos gastos ordinários do Estado Ateniense, segundo especialista da História Grega, como Giordani. (SÁ, 1997, p. 29)

Respeitava-se os contadores públicos da época e confiavam em seus trabalhos dando credibilidade e devida relevância tendo em vista a necessidade do desenvolvimento da civilização. A partir destas informações é que os líderes tomavam decisões cabíveis para a movimentação da economia do Estado.

Os regimes de caixa aderiram a normatizações, pois a contabilidade era de suma relevância para os gregos, sendo feita com todo rigor, seriedade e preocupação em passar a verdade dos dados financeiros relatados ali com total transparência

Segundo Sá (1997, p. 30):

Os registros imediatos eram gravados em tábuas com cera e com estiletos pontiagudos e depois passados para os livros. Mostra-se aí a preocupação com a clareza da escrituração contábil e a criatividade e versatilidade do povo romano que desenvolveram métodos para melhor anexar todos os dados contábeis nos livros.

No império romano, o patrimônio pessoal já era registrado minuciosamente utilizando papiro e pergaminhos. De alguns desses escritos denominados ratio, surge o livro razão atual. Na administração romana, o contador geral do Estado era função mais importante de todo império porque era ele quem controlava as finanças imperiais.

Os contadores da época também cuidavam dos registros dos deslocamentos da Tropa Romana para melhor controle dos gastos fazendo a prestação de contas para melhor funcionamento do comboio.

Segundo Sá (1997, p. 32):

A queda do Império Romano não extinguiu o que já se acrescentara aos progressos do conhecimento contábil, mas o declínio da riqueza na Europa foi inevitável no Ocidente; a evolução, todavia, no mudo árabe, prosseguiria e daria a este novas oportunidades de comparecer com outras preciosas contribuições no campo da Contabilidade.

Aí já começa a se manifestar a forma com que alguns países usam as crises de outros para crescerem, se desenvolver e inovar as suas formas de atuação no âmbito mundial tendo por base as descobertas feitas e os estudos já dedicados até ali.

Segundo Moura (apud COSER, 2000, p. 5):

“em 1202, na Itália, estudavam-se técnicas matemáticas, pesos e medidas, câmbio, tornando o homem mais evoluído em conhecimentos comerciais e financeiros.” Este foi um período muito importante na história da Contabilidade, denominada “Era Técnica”, devido às grandes invenções, como o moinho de vento, aperfeiçoamento da bússola. A indústria artesanal se proliferou como surgimento das novas técnicas no sistema de mineração. Incrementou-se o comércio exterior, surgindo, como consequência, o livro-caixa, para receber registros de pagamentos e recebimentos em dinheiro.

A Itália posteriormente se empenhou em organizar estudos e descobertas para contribuir no acervo teórico e prático da contabilidade desenvolvendo técnicas que ajudassem o homem no controle de suas negociações.

2.3 O SURGIMENTO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Segundo Sá (1997, p. 34):

O genial sistema das Partidas Dobradas baseado em uma equação onde todo débito corresponde a um crédito e vice-versa, nada mais foi que o registro de um fato em sua causa e efeito.

As denominações débito e crédito, impróprias para um conceito de realidade do fenômeno patrimonial, absorviam uma tradição, apenas, mas, na prática, encontrava-

se uma forma de registrar que alcançaria, para o tempo, o máximo das relações lógicas mais evidentes detectáveis (causa e efeito).

As Partidas dobradas ajudaram no desenvolvimento da mentalidade lógica e foram influenciadas pelos métodos dos egípcios que se baseava em custos e receitas. Antes da publicação de Pacioli foram muitas as contribuições para se chegar a ela. O livro “Liber Abaci” de Leonardo Pisano abordava técnicas matemáticas, pesos e medidas, câmbio entre outros, tornando o homem mais evoluído em conhecimentos comerciais e financeiros.

O capitalismo favoreceu o aperfeiçoamento e o crescimento da contabilidade nos séculos XII e XIII. Foi neste período em que a indústria artesanal se proliferou e o comércio exterior desencadeou o surgimento do livro-caixa, onde eram recebidos os registros de pagamento.

Nas relações de trabalho a escravidão deu lugar para o assalariado fazendo com que a contabilidade progredisse tornando seus registros mais complexos. Enquanto isso, as indústrias passaram a adotar pela primeira vez o capital que era o valor injetado nas companhias pelas famílias proprietárias.

Segundo Cozer (2003, p. 24), “o método das partidas dobradas, surgido na Itália implicou no aparecimento e adoção de outros livros que tornaram a contabilidade mais analítica como o Livro da Contabilidade de Custos.”

Foram muitos os manuscritos que tiveram por impulso o método das partidas dobradas, porém nem todos tiveram grande difusão e repercussão como a obra *Tractatus de Computis et Scripturis*, do frei Luca Paccioli, que além de contribuir muito para o melhoramento das técnicas contábeis da época é um acervo histórico de valor inestimável para toda a história da contabilidade.

Segundo Iudícibus (1997, p. 30):

A preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da Antigüidade (como hoje também é), e o homem teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão patrimonial e em complexidade.

O método das Partidas Dobradas foi um passo mais avançado em relação à escrituração dos dados contábeis, devido a necessidade que o homem teve de aprimorar seus métodos de memorização de bens e posses, assim como melhor organizar seus animais e plantações de forma a sempre estarem contribuindo para o aumento e enriquecimento de seu patrimônio.

Segundo Iudícibus (1997, p. 41):

1340 - Francesco di Balduccio Pegolotti escreve *La Pratica della Mercatura* uma espécie de enciclopédia do comerciante da época e obra fundamental para a análise da evolução da contabilidade e dos usos e costumes comerciais.
1458 - Benedetto Cotrugli lança *Della Mercatura et del Mercante Perfetto*,

publicado apenas em 1573.

Segundo Frederico Melis, alguns autores viram nesse trabalho uma etapa fundamental da história da Contabilidade.

1494 - Luca Pacioli publica, em Veneza, a *Summa de Aritmetica Geometria, Proportioni et Proporgionalitá*, na qual se distingue, para a história da contabilidade, o *Tractatus de Computis et Scripturis*, marco básico na evolução da contabilidade. Nesse tratado, talvez pela primeira vez, o método contábil é explicado integralmente a partir do inventário. Pacioli é considerado, portanto, o “pai dos autores de Contabilidade”.

Esses três livros desses renomados autores foram de suma importância e também marcadores da história da Contabilidade os quais impulsionaram tudo que se tem hoje de dados contábeis registrados. Eles, sem dúvida, foram um grande salto para estudiosos da época que passaram a entender e se interessarem mais sobre esse assunto tendo em vista a necessidade que todos tinham de organizar seus patrimônios.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 29):

Imagine um homem, na antiguidade, sem conhecer números e, muito menos, a escrita, exercendo a atividade de pastoreio. O inverno está chegando. O homem prepara toda a provisão para o sustento do seu rebanho de ovelhas olhando para um período longo de muito frio que está se aproximando. Ainda que ele nunca tenha aprendido sobre os meses do ano, ele sabe se a neve está se aproximando, pois as folhas das árvores ficaram amarelas e caíram e assim ocorreu no passado por inúmeras vezes. Ele não sabia o que eram estações do ano, mas tinha experiência: árvore secando, frio chegando.

O homem, mesmo sem o conhecimento da escrita e dos números, conseguia identificar em qual estação do ano ele se encontrava o que ajudava a controlar os cuidados com seu rebanho. Isso demonstra que ele já possuía a capacidade de analisar o tempo e suas alterações e aplicá-las ao seu favor.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 32):

Se nós tivéssemos moeda, o denominador comum não seria ovelhas, mas sim o valor em dinheiro. Todavia, o que fica bem claro e que mesmo sem moeda, escrita e número a contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sábio.

Esta pode ser chamada de fase empírica da Contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras, imagens para identificar o patrimônio existente.

O homem na pré-história utilizava seus bens como moeda de troca assim como o dinheiro é utilizado nos dias de hoje, e a partir disso começou a desenvolver técnicas de como cuidar e valorizar seu patrimônio, para que esse sempre viesse a crescer.

Segundo Sá (1997, p. 37):

Os sistemas de custos já eram realizados, no século XIV, por partidas dobradas, com livros específicos para as competentes análises dos mesmos custos. Acompanhavam-se não só elementos de custos, mas também todas as fases, as empreitadas, subempreitadas, as unidades, os lotes, as transferências, em suma, quem analisa a documentação da época pode surpreender-se com a grande qualidade do trabalho contábil no levantamento de custos.

Os estudos contábeis feitos a partir da criação do método das Partidas Dobradas já se mostravam eficazes e desenvolvidos de forma aos contadores da época já poderem fazer análises profundas com relação ao patrimônio, com base nos dados que se tinha em mãos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, a contabilidade surgiu da necessidade do homem organizar seus bens e patrimônios. Esse acontecimento começou com o *Homo-sapiens*, que deixando sua vida nômade, começou a fixar-se e acumular bens. Até o momento era só preciso contar os patrimônios quando o patriarca falecia, surgiu a dúvida de como dividir os bens entre os herdeiros. Situações assim transformaram o ato de contar em uma ciência essencial nos dias atuais.

As civilizações mesopotâmicas foram os grandes revolucionários das ciências contábeis. Com o início do comércio, esses povos começaram a arquivar seus dados de compras e vendas em tabuletas de argila, foi o grande avanço, pois até o momento não se tinha registro de um sistema contábil tão organizado.

Os egípcios fazem parte da história contábil, com a invenção do papiro que posteriormente viria a se transformar nos livros contábeis. Os gregos colocavam ao alcance do povo, as relações financeiras dos cursos e receitas e em Roma a função de contador era prestigiada.

No século XII e XIII, foram de grandes evoluções e progressos. Livros como “Liber Abaci” começaram a abordar técnicas matemáticas que conseqüentemente auxiliaram o frei Luca Paccioli em sua saudosa primordial publicação que foi o ponto de partida para os avanços da contabilidade atual.

Recomenda-se que sejam aprofundados os estudos da contabilidade após o surgimento das partidas dobradas para o melhor conhecimento e aproveitamento sobre o assunto abordado.

REFERÊNCIAS

_____. **Historia da contabilidade.** Disponível em: <
http://www.gesbanha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=198&showall=1>. Acesso em: 08 mai. 2011.

_____. **Historia da contabilidade.** Disponível em:
 <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em: 08 mai.2011.

COSER, Maria Auxiliadora Cezana. **Origem e evolução histórica da contabilidade**, no ano de 2003. Nova Venécia: 2003 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Nova Venécia, 2003.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. **Um passeio na contabilidade, da pré-história ao novo milênio**. Disponível em:

<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/248.pdf>. Acesso em: 09 mai.2011.

SÁ, Antonio Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

STRASSBURG, Udo. **História e evolução da contabilidade**. Disponível em:

<http://www.udostrassburg.com.br/paginas/historia_contabilidade.htm>. Acesso em: 08 mai. 2011.

A NOVA LEI 11638/07 E SEUS DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE BRASILEIRA

Aline da Silva Souza⁹
 Alyne de Lima Gonçalves¹⁰
 Andréia da Silva Custódio¹¹
 Bianca de Castro Machado Louback¹²
 Carla Rodrigues Boone¹³
 Maja da Rocha Nogueira¹⁴
 Mayanne Caldeira Mendes
 Roseane Petarle de Souza¹⁵

RESUMO

Com o advento dos blocos econômicos e de um mercado globalizado, ficou cada vez mais evidenciada a necessidade de buscar alternativas que possibilitassem maior transparência na elaboração das demonstrações contábeis frente às Entidades Econômicas. O forte movimento de empresas que migravam e migram de um país para outro fez com que o mundo se tornasse competitivo no que diz respeito à geração de informações para as entidades. Fazer com que as normas contábeis de vários países fossem unificadas, de acordo com as Normas Internacionais (IFRS), já era uma necessidade antiga, entretanto somente no ano de 2007 é que se consumou a harmonização. Acredita-se que o processo de harmonização das normas contábeis ocorrido através das Leis 11638/07 e 11941/09 foi de suma importância para os países que se adequaram às novas normas. Com isso, estão mais seguros e respaldados para fazer seus investimentos. As novas legislações trouxeram consigo diversas mudanças positivas para o âmbito contábil e possibilitaram que empresas brasileiras se sentissem com maior liberdade para comercializar fora do país. Hoje mais de cem países utilizam as novas legislações e produzem suas demonstrações de igual modo, inclusive a estrutura do Balanço Patrimonial, possibilitando que pessoas que não falam o idioma de determinado país, mas que sabem como se organizam as contas dentro do balanço, entendam como está a situação financeira de uma entidade. Ocorreram muitos impactos entre eles a criação de novas contas como a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração do Fluxo de Caixa, incluindo alterações no Balanço Patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização contábil. Legislação. Impactos.

ABSTRACT

With the advent of economic blocs and a globalized market, it became increasingly evident the need to seek alternatives that would enable greater transparency in the preparation of financial statements in the face of Economic Entities. The strong movement of companies that

⁹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁰ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹² Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹³ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁴ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁵ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

migrate and move from one country to another has caused the world to become competitive with respect to the generation of information for the entities. Make accounting standards of various countries were unified in accordance with International Standards (IFRS), was already an old need, however only in 2007 that is accomplished the harmonization. It is believed that the process of harmonization of accounting standards occurred through Law 11638/07 and 11941/09 was of paramount importance for countries that are suited to the new standards. As a result, are more secure and supported to make their investments. The new laws have brought about many positive changes to the accounting framework and enabled Brazilian companies to feel more freedom to trade outside the country. Today more than one hundred countries use new legislation and produce statements equally, including the structure of the balance sheet, enabling people who do not speak the language of a particular country, but who know how to organize the accounts within the balance sheet, understand how is the financial situation of an entity. There have been many impacts including the creation of new accounts as the Value Added Statement and the Statement of Cash Flows, including changes in the Balance Sheet.

KEYWORDS: International accounting. Legislation. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido demonstra grande relevância para a contabilidade atual, pois com o sancionamento da nova lei 11638/07 apareceram alguns pontos de interrogação com relação às mudanças causadas por ela, mais precisamente, qual foi seu impacto na contabilidade brasileira.

Para sanar essas dúvidas é preciso fazer algumas perguntas tais como: o que mudou? Porque mudou? Foi positivo ou negativo? Questionamentos estes que deverão ser respondidos no decorrer desse artigo que terá como principal objetivo obter conhecimento e transmitir com clareza as mudanças causadas por essa Lei. Dentro deste contexto explanaremos sobre qual o impacto da nova Lei contábil para a contabilidade brasileira.

Acredita-se que as mudanças ocasionadas por essa nova Lei foram positivas, pois unificaram, em quase todos os aspectos, a norma contábil brasileira com as normas internacionais.

Na realização desse artigo o levantamento de dados foi feito a partir de fontes secundárias, portanto a pesquisa pode se classificar como exploratória, descritiva e bibliográfica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade brasileira passou e passa continuamente por um processo de transformações, fatos esses que ocorreram através da harmonização das leis contábeis.

Segundo Vassoler (2008):

É possível entender o processo de harmonização como um meio de reduzir as diferenças nas práticas contábeis entre países, de forma que as demonstrações de variados países sejam apresentadas segundo um conjunto de princípios comuns.

Esta harmonização é de fato positiva para os profissionais da área contábil. Consoante Franco (apud VASSOLER, 1997, p. 23), "a harmonização das normas internacionais de

Contabilidade e Auditoria será uma das condições para a profissão contábil enfrentar os desafios da globalização".

As mudanças proporcionaram transparência e melhor acesso das empresas internacionais ao mercado globalizado.

Conforme Vassoler (2008), “neste processo de um novo mundo globalizado, há pressões quanto a disponibilização de ferramentas confiáveis e padronizadas para os usuários da informação”.

Esse mercado globalizado vem auxiliando e facilitando nas negociações e investimentos, deixando as empresas do mundo todo mais próximas. Para que isso acontecesse, houve a necessidade de transformar ou converter as normas contábeis brasileiras às normas internacionais com a promulgação de leis que viessem a determinar tais mudanças.

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a lei 11.638/07, esta proporcionou várias alterações nos padrões da contabilidade vigente. Porém a alteração foi parcial, pois o projeto proposto no ano 2000 não foi totalmente aceito por faltar algumas alterações no conceito.

Em 03 de dezembro de 2008, foi editada a medida provisória nº 449 que se converteu na lei 11.941/09. Seu principal objetivo foi preencher as lacunas deixadas pela Lei 11638/07.

Diante das novas legislações, houve mudanças significativas em diversos procedimentos e classificações de contas adotadas na contabilidade, destacando-se exigências de novas demonstrações existentes, entre outras.

Inicia-se o presente artigo com uma abordagem sobre o histórico e a evolução da contabilidade, em seguida relata-se sobre os motivos que levaram a alteração das leis mencionadas anteriormente, os impactos causados por elas e benefícios e malefícios provocados com a promulgação dessas normas.

2.2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Acredita-se que a contabilidade tenha surgido a cerca de 8.000, anos com o intuito de auxiliar o homem a proteger a posse de seus bens materiais. Nessa época sabe-se, através de registros arqueológicos, que os pré-históricos já usavam fichas de barro caracterizando dessa forma um sistema contábil, através dos quais inventariavam seus ativos e passivos.

Entretanto, por um longo período a contabilidade possuía a função de, apenas, transmitir informações para os proprietários e essas informações eram guardadas em sigilo. Conforme, Hendriksem e Breda (1999, p. 40), “durante o período que se estende até o século XVI o principal objetivo da contabilidade era produzir informações para o proprietário - geralmente proprietário único”.

A história da contabilidade passou por diversos processos até chegar ao padrão que conhecemos, dentre os muitos fatos históricos ocorridos pode-se destacar a divulgação do livro *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita* por Frei Luca Pacioli, que contribuiu grandemente para a evolução da contabilidade. Segundo Piletti e Guimarães (1987, p. 7), “foi por volta de 1494 que frei Luca Pacioli divulgou os princípios básicos do método das partidas dobradas. De acordo com esse método, a cada crédito corresponde um débito de igual valor”.

Dando um pulo na História, chega-se à idade Contemporânea, onde se podem destacar muitos fatores como importantes para a construção dessa ciência social, um deles foi o sancionamento da Lei 6.404/76, em meados da década de setenta, que serviu como solução de diversos questionamentos acerca de maior transparência de procedimentos administrativos nas empresas de capital acionário. Feita a promulgação dessa Lei, foi denominada como Lei das Sociedades Anônimas, que vem precisamente regular as empresas desse calibre.

No entanto, com o passar do tempo, inovações nos processos financeiros, formas de apuração de resultados e obtenção de informações socioeconômicas de empresas e, principalmente, alterações legislativas fizeram com que essa Lei fosse, aos poucos, perdendo uma boa parte de sua eficiência e eficácia. Isto aconteceu, principalmente devido ao fenômeno da globalização, que estabeleceu um novo padrão nas relações políticas, sociais e econômicas.

Segundo Lucena, Leite e Niyama (2004, p. 34):

Com o advento da globalização, a contabilidade passou a ter importância cada vez mais acentuada como instrumento de comunicação para o mercado financeiro e de capitais, no sentido de prover informações para investidores e aplicadores de capital.

Diante disto, o Brasil não poderia ficar indiferente às mudanças de tamanhas proporções que vinham ocorrendo em todo o mundo e que conseqüentemente também o afetariam por isso agentes políticos incumbidos de produzir obras de cunho legislativo, instituíram uma proposta renovadora.

Em face disto, nasce a Lei 11638/07 que tem por finalidade revogar e alterar alguns dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizando-a e tornando a contabilidade harmonizada, fazendo com que as normas contábeis de vários países sejam igualadas, permitindo assim que transações mundiais sejam feitas com maior facilidade e como menores riscos para os investidores.

2.3 MOTIVOS QUE LEVARAM A ALTERAR A LEI 11638/07

No final do ano de 2007 a Lei 11638/07 foi publicada com base no projeto de Lei 3.740/00, cuja finalidade é atualizar as legislações societárias brasileiras para possibilitar um processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Conforme Lucena, Leite e Niyama (2004, p. 34):

A harmonização se torna necessária, pois, crescentemente, as informações produzidas por um país são usadas em vários outros, provocadas pelo crescimento dos empreendimentos multinacionais e pelos reflexos econômicos que são gerados.

Outra finalidade é permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Contudo, como o projeto de lei 3740/00 demorou quase sete anos para ser votado pelo Congresso Nacional Brasileiro; durante esse período o mundo estava em constante mudança o que fez com que o projeto de Lei se tornasse em parte antiquado. Mesmo assim o projeto se tornou Lei, o que trouxe desacordos e muitas dúvidas no âmbito contábil, fiscal e tributário.

Segundo Oliveira (2009):

As dúvidas não eram sobre as novas estruturas das demonstrações, mas sobre os critérios que a Lei 11638/07 definia e determinava que fosse executada a contabilidade no Brasil, ou seja, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade e o mais interessante: a contabilidade nesse critério não seria base cálculo para tributação.

Para sanar essas dúvidas e questionamentos e ajustar o tempo em que o projeto de Lei ficou parado no congresso o Governo Federal, por força de um ato unipessoal do Presidente da República, com indicações do ministro da fazenda Sr. Guido Mantega, sancionou a MP. 449/08. Após cumprir o prazo legal e ter sido analisada pelo Congresso Nacional, a MP. 449/08 foi convertida na Lei 11.941/09. Seu principal objetivo era preencher as lacunas que foram deixadas pela Lei 11.638/07, não com o intuito de anulá-la, mas, sim de complementá-la tornando-a mais eficaz e abrangente.

Consoante Matarazzo e Lopes Junior (2009):

Dentre outras importantes medidas, a Lei 11.941/09 confirmou a criação do chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638, de 28.12.2007 (“Lei 11.638/07”) e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei 11.941/09.

Este Regime de Transição Tributário será visto com mais detalhes no próximo tópico.

2.4 IMPACTOS RESULTANTES DA NOVA LEI

A nova Lei contábil trouxe impactos que mudaram a sistemática da contabilidade atual, pode-se dizer que os principais impactos ocorreram no Balanço patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. Entretanto, também ocorreram outras alterações.

Conforme Oliveira (2009), a Lei 11638/07 trouxe consigo algumas determinações:

[...] Determina a adoção da Demonstração do Fluxo de Caixa para as empresas cujo Patrimônio Líquido ultrapasse dois milhões de reais, ao invés da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), determinou a criação da Demonstração

do Valor Adicionado para as empresas de capital aberto, além de continuar sendo obrigatória a Demonstração de lucros ou Prejuízos Acumulados e as notas explicativas.

Estas alterações serão vistas com mais clareza na tabela abaixo:

Antes	Depois
Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstração do Resultado do Exercício
Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos	Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Inexistente	Demonstração Do Valor Adicionado

Fonte: RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010

Através do sancionamento das novas legislações houve a criação do RTT – Regime Tributário de Transição. Este é uma opção na qual, pessoas jurídicas, independentes de suas formas societárias, desde que estejam na forma de tributação Lucro Presumido ou Lucro real, poderão escolher se desejam ou não optar pelo RTT nos anos de 2008-2009.

Consoante Oliveira (2009), a opção do RTT só será válida se:

[...] o contabilista responsável desenvolveu a contabilidade dessas pessoas jurídicas com base nos critérios da Lei 11638/07 e Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, além de aplicar o critério da essência da primazia sobre a forma.

O período de 2008 a 2009 foi um efetivo período de transição para que as empresas se adequem às modificações, estabelecendo procedimentos de transição e prazos, bem como evitar a majoração dos tributos durante este período.

Também houve a implantação do FCONT, que é um programa eletrônico no qual é efetuada a escrituração das contas patrimoniais e de resultado, destinado obrigatoriamente e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas ao Lucro Real e ao RTT.

Conforme Joaquim Filho (2009), o objetivo do FCONT é:

[...] reverter os efeitos tributários oriundos dos lançamentos que modifiquem o resultado (receitas, custos e despesas) para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), instituída pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Diga-se de passagem, ocorreram impactos no corpo de funcionários das empresas e na grade curricular de ensino superior na área contábil em todo o país. Mediante essa alteração, profissionais formados e estudantes próximos de se graduarem na área, precisam conhecer essas mudanças, nesse caso seria uma reciclagem de conhecimentos para os que foram surpreendidos pelas mudanças da norma e que já estudavam ou atuavam nesse campo. Teve que haver, também, adequação no conteúdo ministrado pelos professores aos futuros contabilistas que terão que estar atualizados a essa nova realidade.

2.5 ALTERAÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira da entidade numa determinada data.

Conforme Neto (apud SANTOS, 2002), “o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento”.

A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após se encerramento.

Em linhas gerais o balanço Patrimonial é constituído por Ativo, Passivo e Patrimônio líquido (P.L).

Conforme Santos e Calixto (2009), essas três contas compreendem:

Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.

Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

Por causa, das mudanças nas legislações ocorreram mudanças significativas na estrutura do Balanço.

Consoante Santos (2009):

Em vista as mudanças na Legislação Societária e o Ambiente Internacional de Negócios e por ações, juntamente com o poder regulatório e interpretativo que a CVM possui, encontra-se a necessidade do Brasil se adaptar a regulação contábil internacional e isso implica em impactos no balanço patrimonial.

De acordo com a legislação de 1976 o Balanço Patrimonial era constituído por Ativo, Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo, Permanente, Investimento, Imobilizado e Diferido. As contas do passivo dividiam-se em: Passivo, Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros, Patrimônio Líquido, Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Todavia com a entrada da nova legislação em vigor, a partir de 2008 o Balanço Patrimonial passou a se estruturar por Ativo, Ativo Circulante, Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. As contas do passivo dividem-se em: Passivo, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultados não Realizados, Patrimônio Líquido, Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. Conforme a tabela com respectivas alterações ocorridas no balanço patrimonial (ANEXO A).

De acordo com essas mudanças o Balanço Patrimonial brasileiro, se tornou mais fácil de ser interpretado, pois mesmo que um acionista de outro país, cujas normas contábeis também se adequam as normas internacionais (IFRS), não saiba o idioma falado no Brasil, com certeza

ele saberá a ordem em que as contas se organizam dentro do Balanço Patrimonial, isso diminui as divergências dentro desta área.

2.6 BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS OBSERVADOS APÓS A LEI 11638/07 ENTRAR EM VIGOR

A nova Lei 11638/07 trouxe consigo diversas mudanças e com isso benefícios e malefícios. Um dos benefícios mais importantes é a modernização da contabilidade brasileira, fazendo com que ela fique de acordo com as normas internacionais, isso sem dúvidas foi muito relevante porque permitiu que empresas brasileiras pudessem adentrar no mercado internacional com maior facilidade, assim como também o mercado mundial passou a investir no brasileiro com menor risco de fraudes e prejuízos.

Conforme Santos (2009):

Entre os objetivos dessa nova Lei, além de alterar artigos da Lei nº 6.404/ 1976 para atualizá-la ao novo mundo de negócios global, deve ser ressaltado o de providenciar maior transparência às atividades empresariais brasileiras.

Ainda nesse aspecto, tiveram mudanças que podem se classificar como positivas, como: Imediata utilização pelo público internacional; aumento do fluxo de capitais para empresas brasileiras; redução de custos de adaptação dos relatórios financeiros e tendência a redução de juros em captações de recursos.

Consoante Gomes (2011), houve também, “padronização internacional utilizada em mais de cem países; linguagem contábil global para servir de base nas negociações transnacionais; [...] redução de custos de adaptação dos relatórios financeiros”.

Contudo, ocorreram fatos que não se podem classificar necessariamente como malefícios, digamos que possam ser chamados de dificuldades, o que as empresas encontraram com relação à entrada da nova Lei Contábil em vigor, pois as novas regras impostas por ela são verdadeiramente muito diferentes das anteriores e para que todos os profissionais compreendam exatamente o que são, como funcionam e seu desenvolvimento serão necessários cursos, treinamentos e conseqüentemente gastos por parte das Entidades para que todos os seus funcionários estejam cientes do contexto atual. E em face disto obter um corpo de funcionários competentes ao cargo que ocupam e por dentro das mudanças decorrentes de fatores já citados, pois é desse tipo de profissional contábil que o Brasil necessita.

Conforme Mota (2009), o profissional contabilista deve ser:

O Contabilista de hoje tem de ser moderno, ágil, competente, estratégico, responsável socialmente e saber contribuir para agregar valor aos interessados em suas organizações. Tem que saber gerar e tornar a informação prontamente disponível para ajudar o seu cliente a superar a concorrência, e acima de tudo, zelar pela sua conduta ética.

Em um mundo competitivo, globalizado e em constantes mudanças no qual vive-se hoje; se o profissional contábil não for moderno e procurar sempre ficar atualizado com as novas

legislações, com certeza ficará obsoleto e antiquado, provavelmente não terá sucesso em sua carreira profissional e não cumprirá o seu papel de sempre almejar proteger o patrimônio das entidades para as qual trabalha de modo a sempre visar sua conduta ética.

Encerra-se o presente assunto com a visão de que os benefícios causados pela nova Lei Contábil pesaram muito mais que os malefícios, com isso pode-se dizer que ela foi de fato positiva para a contabilidade brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 11638/07 promulgada no findar do ano de 2007 causou alterações nas legislações societárias do Brasil muito relevantes. Ela harmonizou as práticas contábeis brasileiras com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e permitiu que fossem diminuídos os riscos de fraudes nas interpretações contábeis dentro e fora do país, já que com o advento dessa nova Legislação se tornou mais seguro investir no mercado exterior e também que o mesmo invista no mercado brasileiro.

Diante dos impactos causados por essa nova lei, pode-se dizer que envolve mudanças relevantes no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Exercício. Houve, também, a adoção da Demonstração do Fluxo de Caixa, Para empresas com Patrimônio Líquido superior a dois milhões de reais, criou-se a Demonstração do Valor Adicionado, para empresas de capital aberto e através do sancionamento da Lei 11941/09 houve a criação do RTT – Regime de tributação de Transição e a implantação do FCONT.

Conclui-se que a hipótese levantada é de fato verdadeira, os impactos causados pela nova Lei Contábil foram positivos, pois trouxeram consigo mais benefícios que malefícios.

Acredita-se que faz-se necessário realizar estudos futuros sobre a Contabilidade Internacional e as possibilidades de a harmonização contábil ser imposta à todos os países, sem exceção.

REFERÊNCIAS

HENDRIKSEN, Elson S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

JOAQUIM FILHO, JOSÉ. **FCONT – Controle fiscal contábil de transição (INRFB nº 949/09)**. [s.d.]. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/fcont-controle-fiscal-contabil-de-transicao-in-rfb-n-949-09/31238/>>. Acesso em: 24 de jun. 2011.

LUCENA, Wenner Gláucio Lopes; LEITE, Daniela Cíntia de Carvalho; NIYAMA, Jorge katsumi. Contabilidade internacional e os desafios da harmonização mundial. **Veredas Favip**, ano 2004, n. 01, p. 36-41, jan/jun, 2004.

OLIVEIRA, Sergio Bispo. **RTT e FCONT: impactos da Lei 11638/07 e lei 11941/09**. [s.d.]. Disponível em:

<http://www.blogcontabil.com.br/2009/08/rtt-e-fcont-impactos-da-lei-1163807-e-lei-1194109/>. Acesso em: 19 mai. 2011.

_____. **RTT e FCONT: impactos da lei 11638/07 e 11941/09.** [s.d.]. Disponível em: <<http://contabilidade10.blogspot.com/2009/08/rtt-e-fcont-impactos-da-lei-1163807-e.html>>. Acesso em: 26 de jun. 2011.

_____. **Balanco Patrimonial e a Lei 11638/07 após MP 449/08.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tactus.com.br/?p=437>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

_____. **Balanco patrimonial: uma visão estética com base na Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1964>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

PILETTI, Balduino; GUIMARÃES, Sebastião. **Contabilidade básica.** São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE – Revista Eletrônica**, ano 2010, n. 1, p. 01-27, jan/jun, 2010.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães. **As mudanças da lei 11638/07.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1310>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

VASSOLER, Eliane Coelho. **Discutir as mudanças ocorridas na contabilidade brasileira devido a Lei 11.638/07.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/17696/1/Discutir-as-Mudancas-Ocorridas-na-Contabilidade-Brasileira-Devido-a-Lei-1163807/pagina1.html>>. Acesso em: 26 de jun. 2011.

ANEXOS

ANEXO A – TABELA COM PRINCIPAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELAS LEIS 11638/07 E 11941/09.

O quadro abaixo demonstra a estrutura do Balanço Patrimonial antes e depois da entrada da Lei 11638/07 em vigor:

ANTES (Lei 6.404/76)	DEPOIS (Lei 11.638/07)
ATIVO	ATIVO
.ATIVO CIRCULANTE .REALIZÁVEL A LONGO PRAZO .ATIVO PERMANENTE .INVESTIMENTO .IMOBILIZADO .DIFERIDO	.ATIVO CIRCULANTE .ATIVO NÃO CIRCULANTE .REALIZÁVEL A LONGO PRAZO .INVESTIMENTO .IMOBILIZADO .INTANGÍVEL .DIFERIDO
PASSIVO	PASSIVO
.PASSIVO CIRCULANTE .PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO .RESERVA DE EXERCÍCIOS FUTUROS .PATRIMÔNIO LÍQUIDO .CAPITAL SOCIAL .RESERVA DE CAPITAL .RESERVA DE REAVALIAÇÃO .RESERVAS DE LUCROS .LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	.PASSIVO CIRCULANTE .PASSIVO NÃO CIRCULANTE .EXIGÍVEL A LONGO PRAZO .RESULTADO DE EXERCÍCIOS .FUTUROS .PATRIMÔNIO LÍQUIDO .CAPITAL SOCIAL .RESERVA DE CAPITAL .AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .RESERVAS DE LUCROS .AÇÕES EM TESOURARIA .PREJUÍZOS ACUMULADOS

Fonte: RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010

ANEXO B – PRINCIPAIS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELAS LEIS 11.638/07 E 11.941/09.

Item	IASB, CPC e Delib. CVM	Normas anteriores (Lei 6.404/76 e Deliberações da CVM)	Normas atuais (Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e Deliberações da CVM), Mudanças com efeito potencial no Resultado e/ou Patrimônio Líquido
Instrumentos Financeiros	IAS 32, 39 e IFRS 7 (partes) CPC 14 Delib. CVM 566/08	Reconhecidos pelo custo amortizado. No caso de títulos de renda fixa, os juros eram calculados pela taxa nominal	Requer o reconhecimento e mensuração pelo valor justo de certos instrumentos financeiros e derivativos, como segue: 1.Mantidos para Negociação: mensurados ao valor justo por meio do resultado. 2.Disponíveis para Venda: diferenças entre o valor justo e o valor contábil lançadas na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. 3.Mantidos até o Vencimento: avaliados ao custo amortizado, mas com juros calculados pela taxa efetiva.
Operações de Arrendamento	IAS 17 CPC 06 Delib. CVM	Sem distinção entre <i>leasing</i> operacional e financeiro,	Requer que itens objeto de contratos que apresentem

Mercantil	554/08	sendo todos tratados como operacionais. Na arrendatária: prestação do <i>leasing</i> lançada integralmente como despesa, quando incorrida. Na arrendadora: o bem arrendado ficava no Imobilizado e era depreciado. A prestação do <i>leasing</i> era lançada integralmente como receita.	características de arrendamento mercantil financeiro sejam contabilizados como ativo da arrendatária. Na arrendatária: contabilização como compra financiada. A despesa com <i>leasing</i> é substituída pela depreciação do ativo mais os juros. Na arrendadora: contabilização como venda financiada. O resultado da venda afeta o lucro no momento da venda. Durante o prazo do contrato são reconhecidos apenas os juros.
Ativo Intangível e Ativo Diferido	IAS 38 CPC 04 Delib. CVM 553/08	Era permitida a capitalização de algumas despesas, como despesas préoperacionais, gastos com reestruturação, pesquisa e desenvolvimento, alguns tipos de gastos com publicidade e propaganda e treinamento. Não havia o grupo ativo Intangível e o ágio na combinação de negócios e outros intangíveis eram classificados como ativo Diferido.	Extingue o grupo Ativo Diferido e cria o grupo Ativo Intangível. Proíbe a capitalização de praticamente todas as despesas antes passíveis de serem lançadas no Diferido, lançando-as agora contra o resultado. Cria uma série de exigências para reconhecimento de ativos intangíveis desenvolvidos internamente. Saldos anteriores de Ativos Diferidos podem ser baixados integralmente na data de transição ou continuar a ser amortizados pelo prazo remanescente.
Redução de ativos ao Valor Recuperável (<i>impairment</i>)	IAS 36 CPC 01 Delib. CVM 527/07	Não previsto	Institui a exigência de se fazerem testes regulares de <i>impairment</i> para verificar a necessidade de reduzir ativos ao seu valor recuperável, com reconhecimento de perda no resultado.
Ajuste a Valor Presente	IASB: NA CPC 12 Delib. CVM 564/08	Não previsto	Institui a exigência de se fazerem ajustes a valor presente de elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes. O ajuste a valor presente deve ser efetuado na data de origem da transação, utilizando-se a taxa contratual ou implícita. Na constituição, o ajuste pode ter como contrapartida um ativo, despesa ou receita; as reversões terão contrapartida em receita ou despesa (em geral) financeira.
Equivalência Patrimonial	IAS 28 Instr. CVM 469/08	São avaliados por equivalência patrimonial os investimentos relevantes em coligadas ou equiparadas em que a	São avaliados por equivalência patrimonial os investimentos em sociedades em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais

		administração tenha influência significativa ou de que participe com 20% ou mais do capital, bem como em controladas ou que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.	participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Muda o conceito de coligada e, ao eliminar o teste de relevância dos investimentos, amplia o alcance da aplicação do método de equivalência patrimonial, com efeito no resultado.
Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos	IAS 39 (partes) CPC 08 Delib. CVM 556/08	Os custos de transação na emissão de títulos eram lançados no resultado. Os prêmios na emissão de debêntures eram antes lançados na conta Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido.	Os custos de transação na emissão de títulos patrimoniais são lançados como conta redutora no Patrimônio Líquido. Os títulos de dívida emitidos são contabilizados pelo valor líquido disponibilizado pela transação. Assim, os custos de transação, prêmios e outros são lançados no resultado pela apropriação da taxa efetiva (TIR).
Subvenções e Assistências Governamentais	IAS 20 CPC 07 Delib. CVM 555/08	Reconhecidos anteriormente no Patrimônio Líquido, como Reserva de Capital.	Reconhecidos como receita no resultado.
Reavaliação de ativos	IAS 16 e 38 Lei 11.638/07	A reavaliação era permitida no Brasil apenas para o ativo imobilizado. Pelas IFRSs a reavaliação é permitida, inclusive para ativos intangíveis.	Proíbe novas reavaliações. Os saldos anteriores podem ser revertidos ou depreciados até que o ativo se extinga, ou seja, vendido. Aumenta o resultado pela exclusão do seu efeito na depreciação. Contraria o IAS 16 e 38.
Pagamentos baseados em ações	IFRS 2 CPC 10 Delib. CVM 562/08	A remuneração baseada em ações só era reconhecida no resultado quando a opção fosse exercida.	Institui o reconhecimento como despesa ou participações as remunerações baseadas em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais (ações ou opções de compra de ações), mensuradas pelo valor justo, no momento em que são outorgados, em contrapartida da conta Ações/Opções Outorgadas, no Patrimônio Líquido.
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IAS 21 CPC 02 Delib. CVM 534/08	Semelhante ao definido atualmente, exceto no que se refere à maior aplicação do Real como moeda funcional.	A moeda funcional de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior deve ser o Real, a menos que essas subsidiárias constituam, em essência, unidade autônoma. Potencialmente, empresas que utilizavam o dólar como moeda funcional tenderão a substituí-lo pelo Real, mudando o método de conversão das demonstrações contábeis, com efeitos no resultado.
Adoção inicial da Lei	CPC 13 Delib.	Não se aplica	Regula as primeiras

11.638/07	CVM 565/08		demonstrações contábeis (adoção inicial) a serem elaboradas aplicando as novas práticas contábeis no Brasil em atendimento à Lei 11.638/07 e MP 449/08.
-----------	------------	--	---

Fonte: RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010.

OS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

Alexandre Pereira de Magalhães¹⁶
 Aline Nicomedes dos Santos¹⁷
 Bruna Pezzin Paulúcio¹⁸
 Dinalva de Almeida Silva¹⁹
 Paulo de Oliveira da Silva²⁰
 Rosiane Nogueira do Carmo²¹
 Tatieli Boni²²
 Roseane Petarle de Souza²³

RESUMO

Todas as profissões necessitam de algumas regras que as controlem, e na contabilidade não é diferente. A contabilidade trabalha essencialmente com o patrimônio de uma entidade e para regular essa relação contador x entidade, fazendo com que essa relação seja a mais clara possível, houve a necessidade da criação de alguns mecanismos para controle total dessa ciência: os princípios de contabilidade, que vieram para organizar/separar as tarefas a ela cabíveis. Atendendo a essa necessidade, foram criados os Princípios Fundamentais da Contabilidade, que visam atender a esses requisitos básicos e necessários para uma profissão de sucesso e clareza. Esses princípios são estabelecidos e abordados pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC 750/93. Neles se encontram as regras básicas de segmento desses princípios, e que não devem ser desrespeitadas, pois estarão ferindo os preceitos básicos de regimento que essa ciência impõe.

PALAVRAS-CHAVES: Regras. Doutrinas. Guias.

ABSTRACT

All professions need some rules that control, and accounting is no different. Accounting works primarily with the assets of an entity and to regulate the relationship meter x body, making this relationship is as clear as possible, there was a need to create some mechanisms for total control of this science: the principles of accounting, which came to organize / separate tasks applicable to it. Given this need, we created the Accounting Principles, which aim to meet these basic requirements and necessary for a successful career and clarity. These principles are established and addressed by the Federal Accounting Council, through the CFC Resolution 750/93. In them are the basic rules of segment these principles, and should not be disregarded because they will be hurting the basic precepts of the regiment that science requires.

¹⁶ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁷ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁸ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

¹⁹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁰ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

²² Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

²³ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

KEYWORDS: Rules. Doctrines. Guides

1 INTRODUÇÃO

Disserta-se com este artigo sobre Os Princípios Fundamentais da Contabilidade, para que mediante esses princípios os usuários da ciência contábil possam interagir de uma forma mais profunda com a contabilidade, pois esses usuários são os que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na busca de seus objetivos que constituem em apresentar informações estruturadas para os seus usuários. Levando esses usuários da contabilidade a analisar e interessar pela importância de se conhecer os princípios da contabilidade.

Procura-se responder ao seguinte problema: Quais são as dificuldades encontradas pelos usuários da contabilidade em conhecer e seguir seus princípios fundamentais? Colocando-se a seguinte proposição para resolução de tal: Onde, acredita-se que boa parte das pessoas que trabalham na área contábil, tais como em escritórios, não é graduada nesta área, resultando no não conhecimento destes princípios.

E para aprofundamento da questão utilizou-se fontes secundárias, com procedimentos técnicos voltados para a pesquisa exploratória, bibliográfica, descritiva resultando num conhecimento mais amplo.

2 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE

De acordo com Lima (2010, p. 01):

A contabilidade é uma ciência de caráter essencialmente prático. Ao longo dos anos, diversos critérios foram desenvolvidos, diversas opções foram efetuadas, numa tentativa de normalizar e de se chegar a uma melhor forma de controlar o patrimônio de uma entidade. Assim, os princípios são a exteriorização de critérios aceitos pela maioria dos contadores.

Princípios contábeis podem ser conceituados como sendo as premissas básicas acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional.

Sendo assim, vemos que toda a contabilidade está apoiada permanentemente nos princípios, regendo-a por meio deles. Lima (2010), ainda diz que o estudo desses princípios é de relevante importância, pois todas as empresas que sofrerem algum tipo de autuação deixaram de obedecer a um ou mais princípios.

Os Princípios Fundamentais da Contabilidade foram estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com Resolução CFC 750/93 e mais tarde foram melhor explicados pela Resolução 774/93, sendo as seguintes:

2.1.1 O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

A contabilidade é planejada, mantida e produz suas avaliações e demonstrações relativas às entidades, logo, o princípio da entidade é o início de todo o encadeamento do raciocínio contábil, pois são nas entidades, por meio de dois agentes econômicos que as operações e eventos ocorrem, inclusive levando-se em conta os relacionamentos das entidades. E de acordo com a Resolução do CFC N.º 750/93:

Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

§ único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade. O essencial para caracterizar esse princípio é que seu entendimento é muito mais importante do que sua enunciação, pois esta não consegue conter todas as suas dimensões.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 92), esse princípio poderia assim ser definido: “a contabilidade é sempre mantida para uma entidade, que exerce uma atividade econômica com um meio ou um fim. O patrimônio desta entidade não se confunde com os patrimônios de seus proprietários.”

Para uma melhor compreensão tem-se o exemplo de Robert Anthony (apud IUDÍCIBUS; MARION, 2001, p. 91):

Um casal mora num sobrado, na parte alta do mesmo. No mesmo nível da rua, exerce pequena atividade comercial. As contas de água, luz, telefone, etc., vêm para o sobrado como um todo. O princípio da entidade manda que se faça um esforço para verificar, se necessário por critérios de rateio, qual parte das despesas que vieram numa conta só, indiscriminada, deve ser apropriada à entidade que exerce a atividade comercial e qual à entidade familiar.

Levando em conta esse exemplo apresenta-se, também, que esse princípio não envolve apenas esse tipo de conotação econômica.

Conforme Padoveze (1996, p. 108):

A contabilidade de uma entidade (empresa, pessoa, entidade filantrópica) não pode ser confundida com a contabilidade dos membros que a possuem. Em outras palavras, a escrituração de uma empresa tem de ser completamente dissociada da escrituração de seus proprietários.

Sendo assim, esse princípio, segundo Padoveze (1996), vem mostrar que a contabilidade deve ser diferenciada em cada etapa, sendo que deve ser separada dos que regem determinada empresa.

2.1.2 O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Com o risco de descontinuidade das operações da empresa, os seus ativos e passivos serão revistos de maneira a demonstrar a situação atual da empresa, porquanto as demonstrações contábeis devem, objetivamente, evidenciar a condição atual do Patrimônio.

A compreensão deste princípio é necessária, pois se aplica na dissolução da sociedade, ou mesmo, quando houver ingresso de novo sócio ao quadro de acionistas no caso de sociedades anônimas.

Com a aplicação desse princípio, é possível a demonstração do valor de realização do patrimônio da empresa, informação esta que pode ser a diferença entre um investimento correto e outro que seja falho.

Do princípio da Continuidade, de acordo com a Resolução do CFC N.º 750/93 tem-se:

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Levando em consideração o que Iudícibus e Marion (2002, p. 92) dizem, apresenta-se que:

Continuidade, para a contabilidade, é a premissa de que uma entidade, ao que tudo indica, irá operar por um período de tempo relativamente longo no futuro e esta premissa somente é abandonada quando um histórico de prejuízos persistentes e a perda de substância econômica e de competitividade de mercado e mesmo o fim jurídico da sociedade (principalmente nos casos de entidades com duração determinada) justifiquem o fato de a Contabilidade (e os contadores auditores) sinalizarem [...] para que aquela entidade esteja prestes a uma descontinuidade.

Segundo Sá (1999, p. 71-72),

Tal princípio baseia-se na premissa de que as demonstrações contábeis devem identificar o estado especial pelo qual a empresa passa e, não o fazendo, é de supor-se que a atividade continua normalmente e não tem intenções de paralisar. Provém o mesmo das antigas concepções sobre as informações contábeis, e nossos doutrinadores mais famosos, desde o início do século, aceitavam a premissa da continuidade.

O Princípio da Continuidade se assemelha ao da Prudência e está ligado, também ao da Competência, formando trilogia. Pois a continuidade diz respeito ao fato de um ativo manter-se nesta condição ou transformar-se em despesa. Mas a continuidade também alcança a representação quantitativa e qualitativa do patrimônio de outras maneiras, especialmente

quando há previsão de encerramento das atividades da Entidade, com o vencimento antecipado ou o surgimento de exigibilidades. Nesta última circunstância, sua ligação será com o Princípio da Oportunidade.

Assim sendo, percebe-se que o princípio da continuidade nada mais é do que senão a duração de determinada entidade, visando que seus percentuais de lucratividade, rendimento e competitividade se encontram em níveis desproporcionais ao que o mercado tem a oferecer.

2.1.3 O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Um dos princípios importantes é o da Oportunidade que são preceitos resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos advindos da Contabilidade, proporcionando interpretação uniforme das demonstrações financeiras. Assim, da resolução do CFC N.º 750/93, observa-se:

Art. 6º - O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

§ único – Como resultado da observância do Princípio da Oportunidade:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Segundo Souza (2011):

O princípio da oportunidade enfatiza a necessidade de apreensão, registro e relato de todas as variações no patrimônio de uma entidade, no momento em que elas ocorrerem, de forma integral. Assim, as modificações de elementos patrimoniais devem ser contempladas mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.

A preocupação básica é que devem estar reconhecidas nos registros contábeis todas as variações patrimoniais de uma entidade, para que as informações contábeis espelhem com fidelidade a situação do patrimônio em determinado período – advém daí a necessidade da utilização (sempre que possível) de documentação hábil e comprobatória de todas as transações.

Assim, esse princípio é, basicamente, o reconhecimento imediato de ativos e passivos nos registros contábeis, considerando-se, inclusive para os casos em que não haja uma prova documental concreta, a possibilidade de uma estimativa técnica, razoável e objetiva.

É a base indispensável à fidelidade das informações sobre o patrimônio da Entidade, relativas a um determinado período e com o emprego de quaisquer procedimentos técnicos. É o fundamento daquilo que muitos sistemas de normas denominam que esta espelhe com precisão e objetividade as transações e eventos a que faz referência. Tal atributo é exigível em qualquer circunstância, partindo sempre dos registros contábeis, embora as normas tendam a enfatizá-lo nas demonstrações contábeis.

O Princípio da Oportunidade deve ser observado sempre que houver variação patrimonial, cujas origens principais são segundo Rafael (2011), de forma geral, as seguintes:

- a) transações realizadas com outras Entidades, formalizadas mediante acordo de vontades, independentemente da forma ou da documentação de suporte, como compra ou venda de bens e serviços;
- b) eventos de origem externa, de ocorrência alheia à vontade da administração, mas com efeitos sobre o Patrimônio, como modificações nas taxas de câmbio, quebras de clientes, efeitos de catástrofes naturais, etc.;
- c) movimentos internos que modificam predominantemente a estrutura qualitativa do Patrimônio, como a transformação de materiais em produtos semifabricados ou destes em produtos prontos, mas também a estrutura quantitativo-qualitativa, como no sucateamento de bens inservíveis.

Diversas vezes confundido erroneamente com o princípio da Competência, esse princípio visa à apreensão e reconhecimento das variações, enquanto o da competência tem seu foco voltado para a qualificação das variações diante do Patrimônio Líquido.

2.1.4 O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Atualmente, com o progresso do desenvolvimento da tecnologia, os bens se desajustam a curto prazo e, deixando de ter função tornam-se sem vitalidade funcional competente.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 131):

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Conforme Esgoti (2011):

No que diz respeito às empresas (entidades) no estado de continuidade das operações, visando a comparabilidade das informações contábeis, o patrimônio deve ser evidenciado pelos valores que resultam das negociações praticadas, ou seja, exceto por algum aspecto que se justifique à luz dos demais princípios, os fatos econômicos não podem ter o seu valor modificado na contabilidade.

Embora isso não signifique que estejam vedadas as alterações (reavaliações), o usual é que os ativos e passivos os valores iniciais de registro, evidenciando as oscilações e liquidações.

O Conselho Federal de Contabilidade, em sua Resolução 750/93, traz:

Art. 7º - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

§ único – Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

- IV – Os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;
- V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

De acordo com o princípio contábil, o valor a ser considerado será sempre de entrada, com os ajustes, considerando as reduções sofridas, como depreciações e etc..

2.1.5 O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Levando-se em consideração o que o Conselho Federal de Contabilidade, na sua Resolução CFC N°774/94 diz, tem-se que:

O princípio diz respeito, dada sua condição de universalidade, a todos os componentes patrimoniais e suas mutações, e não somente às demonstrações contábeis, que representam apenas uma das modalidades de expressão concreta da Contabilidade, aplicada a uma Entidade em particular. Mas, como as demonstrações contábeis são, em geral, a forma mais usual de comunicação entre Entidade e o usuário, as normas contábeis alicerçadas no princípio em exame contêm sempre ordenamentos sobre como deve ser realizado o ajuste, o indexador utilizado e a periodicidade de aplicação.

Ainda segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 32, 33), percebe-se que:

O termo Atualização Monetária não representa nova avaliação, mas tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em dado período.

Segundo Iudícibus e Marion (apud CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008, p.44), são resultantes da adoção do princípio da Atualização Monetária:

1. A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos de poder aquisitivo;
2. Para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido;
3. A atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Segundo Sá (1999, p. 142):

O Princípio parte do hoje mundialmente reconhecido conceito de que a moeda é instável e que os valores, nela sendo expressos, devem reajustarem a uma atualidade que possa sempre traduzir maior expressividade ou proximidades máximas de realidades.

Apóia-se tal Princípio nessas bases teóricas de instabilidade e no que a lei brasileira, quer comercial, quer fiscal reconhece.

A moeda não consiste unidade constante de poder aquisitivo como pensam alguns, embora seja aceita como medida de valor universalmente.

Sendo assim, atualização monetária vem para corrigir e atualizar a moeda nacional em certos períodos, esta atualização deve ser registrada e reconhecida pelos meios contábeis. Ela não é uma nova avaliação patrimonial, mas sim vem manter os valores originais de determinadas transações, e, para manter estes valores é necessário atualizar-se as expressões formais da moeda nacional, a fim de que os valores dos componentes patrimoniais e patrimoniais líquidos andem sempre juntos e corretos.

2.1.6 O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

O regime de competência é adotado, aceito e recomendado pelo Imposto de Renda porque evidencia o resultado da empresa (lucro ou prejuízo) de forma mais adequada e completa. A receita será contabilizada no período em que for gerada, independentemente do seu recebimento. Assim, se a empresa realizou vendas a prazo em dezembro de 2010 para receber em janeiro de 2011, pelo regime de competência, considera-se que a receita foi gerada em 2010; portanto ela pertence e será tributada pelo Imposto de Renda como sendo referente a 2010. A despesa será contabilizada da mesma forma no período em que for consumida/utilizada, independentemente do pagamento.

O Conselho Federal de Contabilidade, em sua Resolução 750/93, propõe:

Art. 9º - As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º - O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º - O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º - As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º - Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

O regime de competência deve ser estendido a qualquer alteração patrimonial, independentemente de sua natureza e origem.

De acordo com Almeida (1998, p. 96),

Segundo o princípio contábil de competência, as receitas e despesas são contabilizadas quando incorridas (receitas = ganho/ despesas = no momento do

consumo do bem ou serviço). Independentemente de terem sido recebidas ou pagas, respectivamente.

1. Uma despesa incorrida e não paga gera uma dívida para a sociedade.
2. Uma receita auferida e ainda não recebida constitui em direito (Ativo) da companhia.
3. Contabilização de despesas antecipadas: Despesas pagas antecipadamente. Referentes a serviços ainda não recebidos, são inicialmente debitadas no ativo e depois transferidas para o resultado à medida que os serviços forem consumidos.
4. Contabilização de receitas antecipadas: As receitas recebidas antecipadamente de clientes referentes à prestação futura de serviços ou à entrega futura de bens são creditadas no passivo e posteriormente transferidas para o resultado quando da realização da venda dos produtos e serviços.

Nem sempre a lei fiscal brasileira se coloca de acordo com a contabilidade no Brasil. As implicações fiscais que resultam da aplicação desse princípio são os riscos de conflitos que poderão advir na aplicação do mesmo.

A lei brasileira preocupa-se excessivamente em arrecadar mais impostos, e desrespeita esse princípio, sendo que o regime de competência é obrigatório pela lei das sociedades por ações em quase todas as normalizações de todo o mundo.

2.1.7 O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

De forma geral O princípio da prudência diz que diante de duas ou mais opções para a quantificação da variação patrimonial, será adotado o menor valor para os bens ou direitos e o maior valor para as obrigações ou deveres. Assim, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos outros princípios fundamentais de contabilidade será escolhido a opção que diminui ou aumentar menos valor do Patrimônio Líquido.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 133):

O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alteram o Patrimônio Líquido.

O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais da Contabilidade.

[...].

A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas, estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750 de 29 de dezembro de 1993 estabelece:

Art. 10 O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Art. 11 A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração às alíneas “c”, “d” e “e” do art. 27 do Decreto-Lei Nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Art. 12 Revogada a Resolução CFC nº 530-81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

De acordo com Sá (1999, p. 196), “o Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.”

3 CONCLUSÃO

Devido à sua praticidade e seu objetivo de prover seus usuários com informações úteis para a tomada de decisões, os princípios da contabilidade são os conceitos básicos, a forma, o meio e a estrutura fundamentalmente capaz de guiar o profissional contábil no mercado de trabalho.

Assim, demonstra-se de fato a importância dos Princípios para tal ciência, levando seus usuários a terem um guia, facilitando o desenvolvimento e o trabalho desse profissional essencialmente prático. Muitos usuários desse meio não possuem um conhecimento aprofundado desses princípios por não serem graduados em um curso superior nessa área, o que os leva a terem certas dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho.

Portanto, diante do assunto abordado observa-se a relevância do Princípio da Atualização Monetária e recomendam-se estudos mais aprofundados e apurados desse tema, pois devido a sua não obrigatoriedade, percebe-se a sua não utilização, perdendo-se assim informações de vital importância para a tomada de decisões acertadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti de. **Curso básico de contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**/ Conselho Federal de Contabilidade. [s.e]. Brasília: CFC, 2003.

_____. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**/ Conselho Federal de Contabilidade. 3. ed. Brasília : CFC, 2008.

ESGOTI, Ariovaldo. **Princípio do registro pelo valor original**. 2008. Disponível em: <http://www.aesgoti.cnt.br/index_arquivos/artigo_aesgoti_principio_contabil_do_registro_pelo_valor_original.htm>. Acesso em: 03 jun. 2011

IUDÍCIBUS, Sérgio de.; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Arievaldo Alves. **Princípios de Contabilidade**. [s.d]. Universidade Virtual. Disponível em: <<http://www.grupoempresarial.adm.br>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual da contabilidade básica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RAFAEL, Átalo. **Princípio da Oportunidade**. [s.d]. Disponível em: <<http://atalo.rafael.sites.uol.com.br/principios/opportunidade.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2011.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso básico de contabilidade**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Valdivino Alves de. **Princípios fundamentais de contabilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/principios-fundamentais-de-contabilidade-325/artigo/>>. Acesso em: 27 mai. 2011.

ZANLUCA, Júlio César. **Manual da contabilidade empresarial**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>>. Acesso em: 27 de mai. 2011.

_____. **Regime de competência contábil**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/regcompetencia.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

PUBLICIDADE E ÉTICA CONTÁBIL

Angélica Vesper²⁴
 Danielly de Oliveira Stange²⁵
 Geraldo Eliandro Rodrigues²⁶
 Gilmar Buss²⁷
 Juliana Raach²⁸
 Kênia Penitente Santana²⁹
 Luane Brandenburg³⁰
 Roseane Petarle de Souza³¹

RESUMO

Diante da grande concorrência que existe entre os profissionais contábeis é necessário um grande respeito pelo concorrente e o cliente, dessa maneira fica caracterizado como um verdadeiro profissional que possui uma das características, qualidades mais cobradas entre eles, que é ser ético. A ética segundo alguns estudiosos deve ser passada para o profissional durante seu curso de formação. Um grande profissional deve ter um excelente marketing, pois ficará fácil para o cliente conhecer a quem irá confiar informações sigilosas. Dessa maneira poderá ter uma boa visão da competência do profissional. Na maioria das vezes o profissional faz seu marketing apenas realizando um bom trabalho junto a seu cliente.

PALAVRAS-CHAVES: Respeito. Responsabilidade. Sigilo.

ABSTRACT

Given the fierce competition that exists among accounting professionals need a great respect for the competitor and customer, in this way is characterized as a true professional who has one of the characteristics, qualities most charged between them, which is to be ethical. The ethics according to some scholars to be passed to the professional during their training course. A great professional must have an excellent marketing, as it will be easy for the customer to know who will entrust sensitive information. That way you can get a good view of professional competency. In most cases the professional is your marketing just doing a good job with his client.

KEYWORDS: Respect. Responsibility. Confidentiality.

1 INTRODUÇÃO

²⁴ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁵ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁶ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁷ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁸ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

²⁹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³⁰ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

³¹ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

A necessidade de abordar o tema é observada na busca a compreensão ao comportamento e a responsabilidade do contador na apresentação de sua publicidade e estratégias de Marketing. Dessa forma questiona-se: Como auferir renda, através da publicidade, sem perder ou ferir os valores da ética? Com isso objetiva-se identificar a relação entre publicidade (Marketing) e ética, na contabilidade.

Com a realização de pesquisa espera-se constatar a resposta ao problema, dadas seguinte hipótese: Prestando os serviços com competência, visando beneficiar a terceiros e com consciência do bem comum. Contudo deve ainda estabelecer um padrão de regras a serem cumpridas por suas propagandas, visando sempre publicar a veracidade dos fatos, sem enganar o seu público-alvo.

Para realização deste artigo científico a pesquisa classificou-se quanto aos objetivos em pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa classificou-se em bibliográfica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O OBJETIVO DA ÉTICA

A Ética é o estudo geral do que é bom ou mal, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Essas permissões ou não, resultam de valores morais que moram dentro da nossa mente e nos condenam com sentimentos contrários e desfavoráveis quando reconhecemos o que é certo ou errado.

Um dos objetivos é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos, pois visa o comportamento do ser humano dentro de uma sociedade.

Segundo Vidari (apud, SÁ, 2001, p. 44), a “ética é ciência que, tendo por objeto essencial o estudo dos sentimentos e juízo de aprovação e desaprovação absoluta realizadas pelo homem acerca da conduta e da vontade [...]”

E essa ética também é posta aos contadores, tendo um objetivo benéfico à sociedade.

Assim explica Lisboa (1997, p. 61), “o objetivo da ética para o contador é habilitar esse profissional a obter uma atitude pessoal, de acordo com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade”.

Na sociedade existem grupos que possuem vários tipos de códigos de ética. Esses códigos de ética podem ser influenciados pela cultura daquele país ou região, influenciando muito no comportamento das pessoas e na maneira de agir.

Cada ser humano tem um comportamento próprio, acreditando naquilo que acha certo e justo para a situação que se encontra.

Na apresentação de seu trabalho o contador deve utilizar os princípios éticos, não para achar que é melhor que alguém, mas sim para demonstrar à sociedade e para si próprio que é capaz de desenvolver suas atividades honestamente tendo orgulho e prazer de apresentar suas idéias e seu trabalho.

Dentro da sociedade existem pessoas com objetivos opostos, que conseguem ter um entendimento comum. Para que haja esse entendimento, é preciso encontrar o “ponto de entendimento” onde ambas as partes concordem da mesma forma, beneficiando todas as partes. Segundo Lisboa (1997, p. 21-22):

Considerando-se que cada pessoa não pode viver sem as demais, torna-se que seus conflitos de interesses sejam ultrapassados e que seja estabelecido um estilo de comportamento que, mesmo não servindo a cada uma em particular, sirva a todos enquanto sociedade.

As pessoas que vivem dentro da mesma sociedade não necessitam ter as mesmas idéias, valores, costumes, etc. Apenas de ter um entendimento que ajudem a todas conviverem de uma forma harmônica. Nesse meio cabe a cada um inclusive ao contador abandonar o egocentrismo e utilizar os caminhos da ética.

Se o contador no prestar de seus serviços faz uso de uma consciência ética, com seriedade e profissionalismo, os clientes terão maior confiabilidade em expor seus dados. Visando boa organização patrimonial.

2.2 CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

O código de ética é uma relação das práticas de comportamento que se espera que seja observada no exercício da profissão, elas tem como objetivo o bem estar da sociedade.

È possível observar que o código de ética na apenas compreender direitos, deveres, restrições e punições; Porque é através dele que é regida a verdadeira conduta profissional perante a sociedade.

O profissional contábil deve se preocupa bastante com sua conduta, pois é uma profissão que requer bastante sigilo nas informações.

Segundo Lisboa (2001, p. 138):

O código de ética pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera sejam observadas no exercício da profissão. As normas do código de ética visam o bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição.

O código de ética possui normalmente princípios éticos gerais e regras particulares sobre problemas que surgem no decorrer da profissão.

Ele nos permite fazer, e agir com um comportamento que não prejudique a terceiros. A ética é imprescindível no ambiente de trabalho. Confirma Sá (2001, p. 110):

Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo.

O contador deve sempre ter ética, pois é indispensável para a profissão, que exige lealdade, responsabilidade e seu marketing (imagem profissional).

Existe na sociedade um conceito de que "a contabilidade é um mal necessário". Esta é uma afirmação extremada e discriminatória. Surge este pensamento do fato de a contabilidade ser, em primeira instância, uma imposição legal, mesmo não o sendo em sua origem, pois remonta aos primórdios da civilização.

É uso comum de a sociedade julgar uma categoria profissional, infelizmente, não pelos bons profissionais, mas sim pelos maus. Assim sendo, muitas vezes os contabilistas são vistos como "quebradores de galho" em questões fiscais e contábeis. Isto porque uma parte considerável destes intermediários e, não raro, incentiva práticas ilícitas, como a sonegação fiscal, pagamento de propinas, suborno, elaboração de peças, demonstrativos e documentos falsos, como por exemplo, balanços fraudulentos e comprovantes de rendimento sem o respectivo respaldo.

Quando o contabilista nega-se em ferir a legislação, ele demonstra que possui conduta ética, preservando assim sua própria moral perante a sociedade

Uma das principais maneiras de agir com má conduta em relação aos outros profissionais da área é o preço dos honorários que muitas das vezes é muito baixo, pois o profissional tem apenas a preocupação de tirar clientela dos concorrentes, é uma das piores que é a formação de cartéis elevando o preço dos serviços muito acima do que é correto. São casos opostos que infelizmente ainda ocorrem.

A profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais econômicos tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza (Sá, 2001, p. 130).

O contador não deve ser ético apenas com o seu público alvo, mas também com seus colegas e concorrentes.

Independentemente da área de atuação, a responsabilidade do profissional de contabilidade é sempre significativa e presente. Seus trabalhos possuem repercussão social, haja vista, que

suas informações são utilizadas pelos sócios, acionistas, entes fiscalizadores, instituições financeiras, dentre outros, como base de análise para o desempenho da empresa no segmento econômico em que se encontra inserida.

O Profissional Contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado e objetivos bem claros de onde ele quer chegar (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 27).

Uma das principais exigências que a sociedade exige a profissionais principalmente do contador é a ética, porque é esse profissional que lida com informações sigilosas e que exige decisões importantes que definem o futuro da empresa.

Em face do comportamento adotado pelas pessoas individualmente ou pela sociedade como um todo, podem fazer como consequência prejuízos capazes de atingir tanto quem assumiu o comportamento (tomou a decisão) em defesa do seu próprio interesse, tanto quem teve seu interesse contrariado. (Lisboa, 1997, p. 20).

Desde cedo uma criança vem construindo um conjunto de crenças e valores, dentre estes podemos destacar a conduta ética perante a sociedade, que o levará a constituir sua própria consciência.

Todo homem possui um senso ético, uma espécie de consciência moral, estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas. A existência dessa consciência, reconhecendo a diferença entre os pares opostos, é condição básica da conduta ética (SANTOS ; JESUS, 2002, p. 6).

Segundo alguns profissionais, a ética deve ser passada para um profissional desde sua formação nas escolas e faculdades. Não é possível decidir a momento se possui uma consciência ética ou não, pois, para chegar a uma boa conduta perante a sociedade é preciso adquirir a ética: através da educação, dos ensinamentos ministrados em sala de aula e da própria vontade e dedicação de cada pessoa e dos profissionais contábeis.

Um dos caminhos inicia-se nos bancos escolares, pois se no decorrer do curso de Ciências Contábeis, os futuros profissionais adquirirem a consciência dos valores éticos da profissão, da importância de seu papel na sociedade e das consequências que as condutas não-éticas provocam na classe contábil como um todo, ele certamente procurará agir de forma ilibada, pois disto dependerá a sua sobrevivência profissional.

2.3 MARKETING E PUBLICIDADE

O marketing assume um papel fundamental em nossa sociedade. Envolve necessariamente uma troca, e forma de comercializar ou vender algum produto ou serviço, uma transação entre cliente e vendedor, onde ambos devem se beneficiar. “Marketing é o processo de estabelecer e manter relações de força mutuamente benéficas com clientes e outros grupos de interesse” (NICKELS, WOOD, 1999, p. 4)

Dessa forma podemos dizer que marketing é aproximar o consumidor do seu produto ou serviço, de maneira que seja comprado, é o planejamento voltado para o mercado de trabalho. Assim sendo, marketing são as ações que você faz para o ato da divulgação.

Difícilmente conseguimos conceituar marketing, são vários os conceitos, muda constantemente de acordo com as necessidades e atualidades.

Através do marketing, busca-se a satisfação do cliente, já que ele é seu principal objetivo.

[...] para satisfazer às necessidades dos consumidores, é preciso que os produtos ou serviços a serem ofertados tenham boa qualidade, que as características atendam aos gostos dos consumidores, com boas opções de modelos e estilos, com nome atraente de marca, acondicionados em embalagens sedutoras, em variados tamanhos de produtos, com serviços e quantias ao usuário que proporcionem adequados retornos financeiros à organização (COBRA, 1992, p. 43).

Hoje, o marketing faz parte de todos os trabalhos dentro de uma organização, ele interessa toda a empresa envolvendo todos os membros da equipe.

Nesse sentido, Kotler (1998, p. 31), diz que, “[...] marketing significa trabalhar com mercados pra realizar trocas potenciais com o propósito satisfazer necessidades e desejos humanos”.

O marketing em si possui um conjunto de ações e elementos fundamentais, sendo a publicidade (propaganda) uma das principais. É ela que forma e sustenta suas relações de troca, responsável pela imagem da empresa. E restringe-se somente aos meios de comunicação como o rádio, TV, cinema, imprensa, outdoors, internet e outras mídias. A publicidade é uma forma de vincular mensagens sobre produtos ou serviços a diversos setores do mercado.

A propaganda é qualquer forma paga de comunicação impessoal, iniciada por uma empresa identificada, e que visa a estabelecer ou continuar relacionamentos de troca com consumidores e, às vezes, com outros grupos de interesse. (NICKELS, WOOD, 1999, p. 338).

A publicidade é uma das formas mais visíveis da comunicação integrada de marketing.

Em todos os ramos se utiliza as estratégias do marketing e publicidade para divulgação de seus serviços. Na profissão contábil assume o papel de mostrar a evolução que houve nessa área, a inovação dos serviços, enfim, as inúmeras vantagens que ela oferece.

2.4 A ÉTICA NA DIVULGAÇÃO DO MARKETING

Para ter uma consciência e conduta ética, perante a divulgação do marketing, é preciso saber a sua concepção, onde Sá (2001, p. 1), conceitua que a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.

Ética vem do grego Ethos que significa analogicamente “modo de ser” ou “caráter enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originalmente, Ethos, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. (CHAUI, 2001, p.24)

Pode-se dizer que os princípios éticos, partem da consciência de cada pessoa para com o seu próximo, pois não adianta saber o que é ética se não praticá-la.

Comumente vê-se que, os escritórios de contabilidade estão sendo vistos pela sua publicidade e estratégias de marketing, onde empresários buscam nessas propagandas a opção de escolher o seu contador.

Mas será que tudo o que se passa em propagandas é verdade? Não se vê motivos de investigar, porém, devem partir do profissional de contabilidade as responsabilidades de verificar se seus métodos estão corretos, e se realmente está prestando os serviços com competência a fim de beneficiar a terceiros.

Deve-se notar que em sua preparação profissional, fez necessária a compreensão da publicidade e ética contábil, cabe-lhe agora demonstrar a sua conduta perante a sociedade e seu público-alvo.

Nota-se que existem coligações entre contador e clientes, em seu planejamento de marketing, para auferir lucros de maneira ilegal. Isso pode ser visto como uma conduta antiética e ainda fere o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 37 em seu parágrafo 1º. (BRASIL, 1990, p. 8):

Art.37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º- É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitária, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, característica, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º- É abusiva dentre a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º- para os efeitos deste Código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixa de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

De fato existem alguns profissionais que prestam serviços desonestos, mas a maioria tem total disciplina e ética contábil.

O objetivo do marketing de serviços é verificar as oportunidades que o mercado oferece para planejar, organizar e oferecer serviços de qualidade, a preços razoáveis que possam trazer satisfação aos clientes e remuneração adequada aos profissionais, que oferecendo serviços técnicos e científicos da área contábil, com competência e ética é possível conquistar maior número de consumidores desses serviços.

Assim afirma Sá (2001, p. 134), “aquele que se conduz eticamente bem recebe de volta o bem social que pratica”.

Nota-se que de fato para ser um bom profissional, realmente não adianta apresentar apenas um bom marketing, mas sim saber uni-los à fim de chegar a uma conclusão harmoniosa. Como diz Sá (2001, p. 110):

Cada conjunto de profissionais devem seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduz a regulação do individualismo perante o coletivo.

O contador deve abandonar o egocentrismo, que possa vir a ter. Pois para a boa evolução de uma empresa é preciso o trabalho coletivo, onde o empresário deposita todas as informações de sua empresa e o contador as armazena com total responsabilidade e ética. E que em hipótese ele forneça esses dados a ninguém, fazendo com que os clientes tenham total confiança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vendo que num escritório de contabilidade são depositadas informações gerais de uma entidade, cabe então, ao profissional contábil manter sigilo e preservação de seus arquivos. Pois, desta forma estará expondo sua conduta ética perante a sociedade e, de forma especial para seus clientes, que terão maior confiabilidade em seus serviços. Com tudo isso, vê-se que a ligação de confiança entre contador e clientes acarreta em maior evolução e consequentemente maior rentabilidade para a empresa e para o prestador de serviços.

Para expor suas propagandas o contador deve estar ciente que esse processo deve ser executado de maneira ética e responsável, pois se não fazê-la corretamente poderá ferir o Código de Defesa do Consumidor, que poderá levá-lo até mesmo a prisão. Além disso, iria totalmente contra tudo aquilo que aprendeu durante o processo de constituição de sua consciência ética, desestruturando assim sua própria dignidade.

Dessa forma se aceita a hipótese, onde certamente para auferir renda, através da publicidade, é preciso ter uma consciência ética e a partir daí prestar os serviços com competência, visando beneficiar a terceiros e possuindo uma consciência do bem comum.

Sem enganar a ninguém, prestando os serviços com dignidade, o contador pode ter um relacionamento profissional contínuo com os usuários de seus serviços, chegando até mesmo a contribuir para a sobrevivência da empresa mesmo em crises e abalos no mercado, propiciando assim vantagens para os usuários de seus serviços.

Recomenda-se aos contadores que tenham um posicionamento ético, perante a sociedade, para não sofrerem possíveis penalizações que venham prejudicar a sua carreira profissional.

Para novos pesquisadores recomenda-se este assunto, pois além de levantar novos conhecimentos também contribui para sua própria formação profissional. Ainda recomenda-se, como assunto, os deveres e obrigações dos contabilistas.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena de Sousa. **Convite a filosofia**. 12. ed. São Paulo, 2001.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Brasília: CDC, 1990

COBRA, Marcos. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análises, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NICKELS, William G.; WOOD Marian Burk. **Marketing**: relacionamentos, qualidade, valor. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, Luciana Matos dos; JESUS, Maria Lindinete. **A importância da ética na formação do profissional de contabilidade**, Revista Pensar Contábil, novembro p.4-10 jan. 2002.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA E GESTÃO CONTÁBIL

Cleyce Kerkovsky dos Santos³²
 Dayane Coelho Silva³³
 Gean Silva Rodrigues³⁴
 Ionara Ribeiro Costa³⁵
 Juliano Carvalho Delogo³⁶
 Marcos Vinícius de Sousa Santos³⁷
 Thiago Possmoser³⁸
 Roseane Petarle de Souza³⁹

RESUMO

O objetivo do nosso artigo é trazer o conceito da Nota Fiscal Eletrônica, apresentar o projeto e os benefícios esperados, pelo Sistema Público de Escrituração. O novo modelo da escrituração que substitui a nota fiscal de um papel para um documento eletrônico com finalidade e validade para apresentar a ação de envolver com a gestão contábil, pois os benefícios na emissão da NF-e agilizar os procedimentos contábeis, principalmente aos registros relacionados e na economia de tempo. Tais vantagens são para os potenciais, ou seja, o gestor contábil precisa planejar mais e adequar em tais situações, entrever as mudanças de rotinas e o modo de proceder, para que os ganhos de produtividade ocorram na escala desejada. Sendo para a gestão de governo, uma chance de acrescentar a qualidade da fiscalização e assim obter maior controle sobre a sonegação.

PALAVRAS-CHAVES: Escrituração. Benefícios da NF-e. Fiscalização.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser um tema atual, seu conhecimento não abrange parte significativa da sociedade, portanto, foi escolhido para tornar-se mais conhecido e perceptível.

Sendo necessária para as empresas na sua gestão contábil facilitando o crescimento, administração e o sistema fiscal das entidades, apresentando relatórios precisos, confiáveis e de fácil entendimento, economizando assim tempo com arquivamento e localização de documentos.

Uma vez que, o gestor contábil precisará planejar e adequar tais situações, prevendo mudanças de rotina e procedimentos.

³² Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³³ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³⁴ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³⁵ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN

³⁶ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

³⁷ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

³⁸ Graduando do Curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN

³⁹ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

O artigo será desenvolvido de acordo com o questionamento: O que é NF- e, qual sua finalidade na gestão contábil? Com o objetivo de demonstrar os benefícios oferecidos pela NF- e no gerenciamento contábil, mostrando sua atuação na sociedade e gestão contábil.

Acredita-se que devido a NF- e ser um documento digital, que é transmitido via internet para a Secretaria da Fazenda, ela representa uma solução tecnológica no meio contábil em que as administrações tributárias não serão as únicas beneficiadas, pois estabelece uma relação entre instituições públicas e privadas. Onde o contribuinte terá uma maior economia de impressão, manuseio, armazenamento de livros e outros documentos, proporcionando assim uma rápida coleta de dados que auxilia no controle da fiscalização.

O trabalho se utiliza de pesquisa bibliográfica realizada em fontes primárias: presentes em sites de órgãos públicos, assuntos relacionadas com a NF-e no site da Receita Federal; secundárias: livro NF-e. Pesquisa exploratória, pois proporcionará maior familiaridade com o assunto abordado, com base em levantamentos bibliográficos. E pesquisa do tipo descritiva, pois se teve como objetivo primordial a descrição das características da NF-e, seus benefícios, funcionamento e origem.

2 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

Será abordado a partir deste, de forma mais esplanada, conteúdos para maior esclarecimento do assunto.

Contribuindo assim como uma forma de abranger e renovar nossos conhecimentos com relação à gestão contábil, e os avanços tecnológicos.

2.1 MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Há tempos o Governo Público Federal vem proporcionando melhorias para a gestão pública e privada, a fim de facilitar o crescimento e a exatidão no controle financeiro empresarial, contábil e governamental.

Para isso foi realizado, nos dias 15 a 17 de julho de 2004, em Salvador, o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT, reunindo os titulares das administrações tributárias federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios de capitais.

Segundo Portal da Nf-e (2011):

O encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas das três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de dados em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica foi inspirado num modelo chileno. Sendo elaborado como um subprojeto do projeto SPED. Teve início em abril de 2005, foi oficialmente assinado pelo Protocolo ENAT 03/2005, em ago/2005.

De acordo com o Portal SPED (2011):

A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital em um formato específico. Este arquivo é submetido a um programa fornecido pelo SPED. Podemos definir o SPED Contábil como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais.

Segundo a Receita Federal (2008), o SPED conta com três subprojetos:

A fim de integrar as informações, evitar a evasão fiscal e aumentar a arrecadação de impostos foi criado, pelo decreto n 6022/07, o SPED – Sistema público de escrituração Digital, com o objetivo de padronizar o armazenamento e demonstrar as informações das áreas contábil e fiscal das empresas. O projeto conta com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica, SPED Contábil e SPED Fiscal. É uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscais e contábeis dos sistemas empresariais em um formato digital específica e padronizado dentro dos três âmbitos tributários: federal, estadual e municipal. Com a implementação total das notas fiscais eletrônicas e com a escrituração contábil e fiscal digital a Receita Federal terá o mais completo e imediato mecanismo de cruzamento de dados e atuação fiscal em tempo real..

Conforme o SPED Consulta (2011):

Ao longo do ano de 2010, o Projeto SPED se consolidou, sofreu diversos ajustes importantes, foi incrementado com novos subprojetos como o EFD-PIS/Confins, que foi estabelecido pela Receita Federal por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.052 de 5 de julho de 2010 e tem sua primeira entrega marcada para o dia 7 de junho de 2011. Sabemos que muita coisa ainda está por vir e que ainda existem muitas dúvidas envolvendo o Projeto SPED. Porém, acreditamos que a função desse espaço foi cumprida. Isso não quer dizer que não continuaremos a compartilhar e comentar as novidades trazidas pelo Fisco.

Sabe-se que antes da NF-e as dificuldades eram maiores, obtinha-se maior facilidade para fraudes e uma má consolidação de dados. Com esse avanço tecnológico, sua implantação tornou-se assim obrigatória para qualquer entidade jurídica que tenha comércio varejista e atacadista.

Conforme a Pasa (2001), o documento eletrônico tem como suporte material o meio eletrônico, que oferece mais rapidez e agilidade no trânsito das informações do que o suporte material do papel.

A NF-e facilita o trabalho principalmente da gestão contábil, diminui o tempo para coletas de dados, reduzindo custos, simplificando as obrigações dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Com a NF-e, espera-se que tal relacionamento seja efetivamente impulsionado pela utilização de padrões abertos de comunicação pela Internet e pela segurança trazida pela certificação digital.

Conforme Equipe CPCON (2011):

Seguindo os padrões legais para Gestão de um Empreendimento, são totalmente necessários os serviços de um contador, pois só ele é dotado das habilidades garantidas pela legislação para cumprir obrigações para as empresas. Tais obrigações incluem: questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas, legais, etc..

Facilita principalmente o trabalho dos contadores, que são de grande importância na gestão de qualquer empresa, pois são eles os responsáveis por elaborar os dados contábeis, escriturar, digitar e armazenar os documentos, fornecendo dados contábeis corretos e precisos.

2.2 FUNCIONAMENTO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O funcionamento da nota fiscal eletrônica é simples, de maneira simplificada, sendo o primeiro passo para sua aquisição o cadastro nacional Jurídico ou Físico, junto à Receita Federal do Brasil.

Segue-se com a assinatura digital, feita pelo órgão expedidor conveniado ao governo (Caixa Econômica Federal) que coletará os dados para fazer a assinatura digital.

A empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico que deverá conter as informações fiscais da operação comercial e também ser assinado digitalmente pelo emitente para garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.

Segundo a equipe técnica COAD (2010, p. 31):

O arquivo eletrônico gerado, que deverá ser transmitido para SEFAZ o emitente de Internet, deve conter as informações fiscais da operação comercial, por exemplo: todos os dados do produto, tributação, forma de pagamento, ou seja, todas as que já constam normalmente nas Notas fiscais modelo 1 ou 1ª e outras que o sistema da NF- e passou a exigir. Antes de ser transmitido este arquivo também deverá ser assinado digitalmente pelo emitente. Esta assinatura digital será aposta pela imprensa emitente de acordo com sistema de certificação que tiver adquirido. A assinatura digital e o dado fornecido pelo emissor que garante a integridade dos dados contidos na NF- e e a autoria, identificando o emissor, ou seja, garantirá que não foi uma empresa que remeteu o arquivo em nome de outro.

Este arquivo eletrônico, que corresponde a Nota Fiscal Eletrônica (NF- e), será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda do Estado em que estiver localizado o emitente, que fará uma pré-visualização do arquivo e devolverá uma Autorização de Uso, sem a qual não poderá haver o trânsito da mercadoria.

Conforme a Equipe Técnica do COAD (2010, p. 33):

Feito o processo interno de geração e assinatura digital este arquivo eletrônico, que corresponde uma NF- e a ser autorizada, será então transmitido pela internet para a SEFAZ do emissor. Ao receber o arquivo eletrônico a SEFAZ fará uma pré - validação do arquivo e, se em relação aos itens e informações que necessitam ser validados, tudo que for verificado estiver correto, devolverá o arquivo, também via internet, com uma mensagem de Autorização de Uso.

Assim que a assinatura estiver autorizada deve ser feita a instalação da NF- e no computador através de softwares que estejam atualizados.

Dessa forma a Secretaria da Fazenda disponibilizará consulta, via Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Deve-se ressaltar que, é necessária a mudança do modo de produção do profissional contábil responsável, como a homologação, caso a pessoa não saiba utilizar essa nova tecnologia, para que assim as primeiras notas lançadas não tenham valor fiscal.

De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo (2011):

Ao processar as informações, o estabelecimento já estará autorizado, automaticamente, a realizar os testes de sua solução tecnológica de emissão de NF- e no ambiente de teste/homologação da SEFAZ-SP. Os testes realizados neste ambiente não serão avaliados pela SEFAZ-SP. Apesar dos testes no ambiente de testes/homologação da SEFAZ-SP não serem obrigatórios, recomendamos fortemente que o contribuinte efetue seus testes antes de solicitar seu credenciamento no ambiente de produção. Para entrar em produção, após realizados todos os testes que julgar necessário. .

Assim que o responsável pela emissão tenha se habituado a NF- e, será necessária a solicitação ao contador, para que mude o modo de produção, com isso toda nota emitida terá valor fiscal.

Para acompanhar o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulado DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), em papel comum, em única via, que trará impresso, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF- e na Internet e um código de barras unidimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações da NF- e pelos Postos Fiscais de Fronteira dos demais Estados.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA NOTA FISCAL NA GESTÃO CONTÁBIL

A necessidade trouxe consigo melhorias tecnológicas para o governo e principalmente para a gestão contábil, o contabilista, pois a NF-e consiste na implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que vem substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel.

Segundo a Equipe Técnica do COAD (2010, p. 13):

A NF-e é um novo conceito de documento fiscal, é mais uma aplicação dos avanços tecnológicos em prol da geração de impostos. Entretanto, no que se refere à sua utilização no dia-a-dia e à sua importância para os contribuintes e arrecadadores, ela ainda é um documento como outro qualquer.

Proporcionará facilidade e simplificação da Escrituração contábil, por ser um documento eletrônico, não requer a digitalização do original em papel, o que permite a otimização dos processos de organização, guarda e gerenciamento de documentos eletrônicos, facilitando a recuperação e intercâmbio das informações o GDE.

Segundo a Secretaria da Fazenda (2011), o GED é o Gerenciamento Eletrônico de Documentos que permite o armazenamento em meio eletrônico, facilitando o intercâmbio das informações.

Uma vez que ela proporcionará benefícios à gestão contábil a sociedade será automaticamente beneficiada, pois com a NF-e a sonegação de imposto vai ser reduzido o que favorecerá uma maior arrecadação de impostos logo o Governo poderá investir valores mais relevantes em serviços públicos.

De acordo com a Secretaria da Fazenda (2011), destaca os benefícios que a NF-e proporciona:

Benefícios para a Sociedade: Redução da sonegação de impostos e aumento da arrecadação; menor consumo de papel, reduzindo danos ao meio ambiente; incentivo ao comércio eletrônico e relacionamento eletrônico entre empresas; surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à NF-e.

Tem validade em todos os estados brasileiros e substituirá as Notas Fiscais Modelos 1 e 1-A em todas as hipóteses previstas na legislação em que esses documentos possam ser utilizados. Segundo a Secretaria da Fazenda (2011):

Atualmente a legislação nacional permite que a NF-e substitua apenas a chamada nota fiscal modelo 1 / 1ª, que é utilizada, em regra, para documentar transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas. Não se destina a substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação como, por exemplo, a Nota Fiscal a Consumidor (modelo 2) ou o Cupom Fiscal. Os documentos que não foram substituídos pela NF-e devem continuar a ser emitidos de acordo com a legislação em vigor.

De acordo com a Secretaria da Fazenda (2011):

A NF-e substitui a Nota Fiscal Modelo 1 e 1-A em todas as hipóteses previstas na legislação em que estes documentos possam ser utilizados, isso inclui, por exemplo: a Nota Fiscal de entrada, operações de importação, operações de exportação, operações interestaduais ou ainda operações de simples remessa.

Sua grande importância foi a agilidade e segurança nos atos contábeis, pois logo que a NF-e é emitida automaticamente fica arquivado no banco de dados do governo, não sendo necessário

o recolhimento das notas fiscais de blocos e a contabilização para o governo. Conforme o Sindi Fisco Nacional (2011):

O projeto justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando: melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, bem como o fortalecimento do controle e da fiscalização.

Portanto, torna-se visível a importância da NF-e na gestão contábil, favorecendo de forma significativa para uma revolução no fisco uma vez que melhora arrecadação de tributos e torna mais simples a fiscalização o que diminui a sonegação.

3 CONCLUSÃO

Após as devidas análises efetuadas durante toda a pesquisa, concluiu-se que a implantação da NF-e revolucionou as obrigações tributárias das empresas por intermédio do cruzamento de dados, simplificando a apuração dos impostos e reduzindo o tempo gasto para o cumprimento das atividades, onde a intenção do fisco está diretamente relacionada em acompanhar as informações comerciais das empresas em tempo real, e, desta forma diminuir a sonegação de impostos, tornando mais notável a identificação de atos ilícitos e aumentar a arrecadação, pois existiam muitos problemas no sistema de arrecadação e fiscalização tributária. Com essa implantação a Secretaria da Fazenda tem um maior controle no que refere à emissão de documentos fiscais, possibilitando o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Essa implantação tornou-se um forte aliado à gestão contábil, pois passa mais transparência das saídas e entradas comerciais das empresas e evita os erros na escrituração dos dados contábeis.

Tratando-se dos impactos e benefícios trazidos com a NF-e, percebe-se que o maior beneficiário é a sociedade como um todo, pelo fato de a mesma reduzir gradativamente a sonegação de impostos e aumentar a arrecadação, podendo assim, o Governo investir valores mais relevantes em serviços públicos que irão beneficiar a população em geral é um novo ciclo de desenvolvimento do contribuinte onde o Estado se desenvolve com o contribuinte.

Portanto, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros sobre o SPED seu funcionamento e os impactos trazidos pela sua implantação nas empresas analisando seus benefícios para o gestor contábil.

REFERÊNCIAS

CPCON. **Gestão Contábil** – A Relevância no Controle Patrimonial. Disponível: <<http://www.cpccon.eng.br/gestao-patrimonial/gestao-e-financas/gestao-contabil-relevancia-controle-patrimonial/>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

Equipe técnica COAD. **Nota Fiscal eletrônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: COAD, 2010. EXATA GESTÃO CONTÁBIL. **Princípios da Contabilidade**. Disponível: <<http://www.exatagestaocontabil.com.br/contabilidade/>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

MISTÉRIO DA FAZENDA. **Conceito, uso e obrigatoriedade da NF-e**. Disponível: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=E4+tmY+ODf4=#7WGrvhCIFyY>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA. **Perguntas Frequentes**. Disponível : <<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/perguntas.html>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

NF-E PORTAL INFORMATIVO. **Benefícios NF-E**. Disponível em: <<http://www.nfe.net.br/beneficios-nfe.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

Nota Fiscal Eletrônica. **Uma tecnologia da informação como instrumento da contabilidade tributária**. Disponível : <<http://www.bons-negocios.blogam.info/nota-fiscal-eletronica-uma-tecnologia-da-informacao-como-instrumento-da-contabilidade-tributaria>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/nota-fiscal-eletronica-uma-tecnologia-da-informacao-como-instrumento-da-contabilidade-tributaria-589869.html>>. Acesso em: 29 mai. 2011

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução 304 de 01 de janeiro de 2000**. Disponível : <<https://www.fazenda.sp.gov.br/nfe/credenciamento.asp>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

SINDIFISCO NACIONAL. **SPED e sua aplicação no subprojeto da NF**. Disponível <http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5779%3ATecnologia&catid=45%3Ana-midia&Itemid=73&lang=es>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

SPED. **O Projeto Sped, seus Subprojetos**. Disponível : <<http://www.spedconsulta.com.br/index.php/2011/01/missao-cumprida/>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

SPED. **Sped Contábil**. Disponível : <<http://www.portaldosped.com.br/pagina/sped-contabil>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

A CONTABILIDADE E O AVANÇO DA TECNOLOGIA

Danndara Souza de Araújo⁴⁰

Elivânia Alves Ovane⁴¹

Leidiani de Souza Possebon⁴²

Poliane Silva Lopes⁴³

Reginaldo Ferreira Nascimento⁴⁴

Ricardo Junior Schimidt⁴⁵

Uélio Rodrigues Fonseca⁴⁶

Roseane Petarle de Souza⁴⁷

RESUMO

Devido a tantas evoluções ocorridas nos últimos anos em várias áreas não seria diferente na área contábil. A evolução tecnológica tem facilitado a vida de muitos profissionais da área, diante dos novos sistemas lançados pelo governo para evitar a sonegação fiscal. O uso da internet dentro dos escritórios de contabilidades tem aumentado a responsabilidade dos contadores que buscam sua valorização diante dos empresários. O contabilista busca aperfeiçoar seus conhecimentos e se aprimorar com as novas regras lançadas. Pois precisa ser um profissional flexível, autodidata e preparado para enfrentar desafios de uma profissão na qual a competição e exigências que crescem aceleradamente. O texto salienta que as informações hoje ganharam uma velocidade muito grande com os avanços tecnológicos e também forçaram uma melhora do pensamento contábil que evoluiu a fim de acompanhar os novos conceitos utilizados.

PALAVRAS-CHAVES: Evolução. Valorização. Desafios.

ABSTRACT

Due to many changes have occurred in recent years in many areas would not be different in the accounting area. Technological developments have facilitated the lives of many professionals, before the new system launched by the government to prevent the evasion fiscal. O Internet use within the office accounts has increased the liability of accountants who seek its recovery before business. The accounting aims to improve their knowledge and improve themselves with the new rules posted. For a professional needs to be flexible, self-taught and prepared to face challenges of a profession in which competition and demands increasing every day. The text stresses that the information now gained a great speed with technological advances and also forced an improvement in the accounting thinking that evolved to keep pace with new concepts.

KEYWORDS: Evolution. Recovery. Challenges.

⁴⁰Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴¹Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴²Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴³Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴⁴Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴⁵Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴⁶Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia UNIVEN.

⁴⁷ Pós Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico na contabilidade é um importante conteúdo a ser abordado, pois tanto a ciência contábil quanto a ciência tecnológica estão em constante evolução e a interação entre elas trouxe grandes benefícios à área contábil.

Devido a isso, o contabilista precisa estar sempre atento evoluindo com a tecnologia, pois um profissional atualizado é um profissional de sucesso.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: Em quais aspectos a tecnologia influenciou na contabilidade.

Onde o objetivo desse artigo é demonstrar qual a responsabilidade da tecnologia na evolução dos métodos contábeis.

Acredita-se que o avanço tecnológico acarretou mudanças drásticas na contabilidade, facilitando a forma de trabalho na área para os profissionais e também o acesso do governo para evitar a sonegação fiscal.

O presente artigo se utilizou de fontes primárias e secundárias, portando a pesquisa pode classificar-se como exploratória, descritiva, bibliográfica e documental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte será explanado de forma mais aprofundada o assunto, abordando os seguintes tópicos: Quando a Contabilidade começou a utilizar-se da Tecnologia, Valorização do Contador mediante o uso da Tecnologia, Contabilidade Informatizada, A Contabilidade na Era Digital e a As Novas Tendências da Contabilidade no Terceiro Milênio.

2.1 COMO ERA A CONTABILIDADE ANTES DA ERA DIGITAL

Voltando ao passado a mais ou menos 3000 A.C na era contábil, segundo os especialistas o homem primitivo já registrava seu patrimônio em pedras na forma de desenho. Em 1905, como o homem sempre busca o aprimoramento surgiu um dos primeiros equipamentos a ser utilizado na área contábil, o ábaco. Este instrumento era formado por uma moldura com bastões ou arames paralelos disposto no sentido vertical correspondente cada um a uma posição digital, nos quais estão os elementos de contagem que podem fazer deslizar livremente.

Iudícibus (1997, p.31) corrobora, “o acompanhamento da evolução do patrimônio líquido das entidades de qualquer natureza constitui-se no fator mais importante da evolução da disciplina contábil. Vimos assim que contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa”.

Mas com o surgimento de novas artes e desenvolvimento de novas ciências o homem foi se aperfeiçoando e com isso os instrumentos da área contábil.

Para Iudícibus (1997, p.30),”segundo o autor o homem teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão e em complexidade”.

Devido a isso o ábaco foi substituído pela máquina registradora de cálculo. Mas com o crescimento na área industrial e comercial, esse equipamento foi aperfeiçoado, surgiu então a máquina de escrever. Equipamento utilizado por muitos anos na área.

A tecnologia avança dia após dia, o homem busca sempre novos conhecimentos. A máquina de escrever foi substituída pelo computador, equipamento utilizado nos dias de hoje. Uma máquina ágil, prática e eficaz.

Segundo Gil (2000, p.13), a nossa sociedade mundial, depende muito da tecnologia, necessita da qualidade do trabalho do ser humano, considerado por seu talento intelectual, para continuidade da caminhada com foco na melhoria dos negócios. É importante observar que estas mudanças trazidas pelo o avanço tecnológico imprimem uma constante necessidade de atualização dos profissionais ligados à gestão das empresas, e muito especialmente os profissionais contábeis.

Com a passar dos anos a contabilidade tem sofrido constantes mutações, não apenas legais, mas sim práticas que as transforma em uma das disciplinas mais complexas e difundidas no meio empresarial e acadêmico. Faz-se necessário discutir o mérito das informações contábeis e a capacidade de ajudar o usuário a adotar as melhores decisões econômicofinanceiras e assim, abordar rumos que devem ser perseguidos pela contabilidade. E como a tecnologia abrange várias áreas, não seria diferente na área contábil.

2.2 QUANDO A CONTABILIDADE COMEÇOU A UTILIZAR-SE DA TECNOLOGIA

Mediante a globalização de mercado, o surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas como a internet e comércio eletrônico, sendo a contabilidade a linguagem universal das informações econômicas e de negócios, faz se necessário que esteja em constante aprimoramento e atualização.

Segundo Riccio (1997, p. 33), observa que:

A expansão do comércio eletrônico tende a alterar alguns conceitos importantes como empresa, objetividade, base documental, relações contratuais e outros assuntos derivados do campo jurídico que se relacionam com a Contabilidade.

A aplicação da informática a partir dos anos 90 deu suporte para que a contabilidade se transformasse no que é hoje, um complexo sistema de informação, processando os dados contábeis em informações visando, da melhor maneira possível, atender a seus usuários. Na medida em que fortaleça o uso da internet no meio contábil os benefícios serão atingidos em uma maior velocidade, ampliando a disseminação do conhecimento entre os profissionais.

Segundo Antunes (2000, p. 61), o momento atual [...] apresenta características de constantes e significativas mudanças, demandando agilidade e inovação da contabilidade, para que possamos identificar o impacto dessas mudanças nas organizações e, também, identificar as necessidades de seus usuários sem, entretanto, desfazer-se de seu arcabouço teórico.

Segundo Antunes (apud IUDÍCIBUS, 1996, p. 22), ressalta o valor do entendimento da teoria contábil por parte dos usuários, para melhor compreensão da contabilidade no momento atual e futuro.

Segundo Antunes (2000, p. 61-62), num mundo econômico com frequentes alterações de cenários é importante entender bem o que é teoria, bem como seus vários enfoques e metodologias, a fim de os contadores poderem dar respostas ou interpretações satisfatórias para uma série de novos eventos e fenômenos que estão a desafiar nossa profissão. Se lembrarmos de que, no fundo, se tomam muitas decisões baseadas em relatórios contábeis é fundamental que o usuário, para formar uma interpretação de relação causa-efeito, se utilize de uma teoria que explique a relação entre as variáveis envolvidas. O bom entendimento da teoria possibilita uma interpretação melhor da relação entre as variáveis.

Mediante as muitas alterações ocorridas na área contábil, o profissional tende evoluir com a tecnologia. Devendo a isso o envolvimento do contabilista passou a engajar-se mais no processo de gestão das organizações, agregando, desse modo, mais valor às mesmas, além de melhorar sua imagem perante a sociedade.

O profissional contábil tende de ter agilidade, dinamismo, desempenhar suas atividades com rapidez e tempestividade e ter bom relacionamento interpessoal para, interagir com facilidade com os profissionais das mais diversas áreas de conhecimento. No entanto, apesar de todas essas características e responsabilidades, esse profissional é pouco valorizado.

2.3 VALORIZAÇÃO DO CONTADOR MEDIANTE O USO DA TECNOLOGIA

Conforme as muitas evoluções ocorridas na área contábil, o profissional tende evoluir com tecnologia, em busca de novos conhecimentos. O contabilista tem procurado acompanhar as mudanças e adaptar-se a nova realidade de mercado, ele passou a ser um consultor

profissional e confiável, sua responsabilidade mais intensa devido aos vários sistemas lançados pelo governo.

Portanto, diante de tantas evoluções o profissional evolui em busca de sua valorização, essa pouco reconhecida pelos empresários, pois muitos não conhecem a importância que o contabilista assume para a gestão da empresa.

Valorização, segundo Ferreira (1986, p. 1750-1751):

é o ato ou efeito de valorizar (-se), é valorizar significa dar valor ou valores a ou aumentar de valor. A palavra valor, por sua vez, pode ser definida como qualidade pela qual determinada pessoa ou coisa é estimável em maior ou menor grau; mérito ou merecimento intrínseco; valia; estima apreço; importância, consideração.

Segundo Iudícibus (2000, p.40), “é preciso dar condições mínimas aos que dispõem de verdadeiro talento para a pesquisa pura e aplicada e para docência. Eles são verdadeiros povos reprodutores e incentivadores de progresso para a profissão.”

Com os avanços tecnológicos a contabilidade tem sofrido muitas modificações. Antes os contadores armazenavam dados em formulários e disquetes que eram entregues na receita federal, um processo trabalhoso e demorado.

Hoje com a agilidade da internet, esse processo se tornou prático e ágil, com um sistema lançado pelo governo, todas as informações das entidades são lançadas ao programa e encaminhadas aos órgãos competentes. Programa esse que dificulta a sonegação fiscal.

Na verdade com o avanço tecnológico e o surgimento de novos programas desenvolvidos pelo o governo busca de reprimir a sonegação fiscal, as empresas estão percebendo que sem uma boa contabilidade, não há dados para a tomada de decisão numa economia que cada dia exige mais competência e competições.

Segundo Iudícibus (2000), do ponto de vista puramente financeiro, em termos de mercado de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes. Na verdade, ainda estamos no limiar de uma era em que será reconhecida toda importância da função contábil dentro das entidades. O número de bons profissionais, com ampla visão de administração financeira, é tão escasso, no momento, que os poucos que a possuem e, portanto, tem condições de assumir posições de controladores, diretores financeiros, chefes de Departamento de Contabilidade e de Custos, auditores internos e externos, têm obtido remuneração e satisfação profissionais muito grandes. Isto somente poderá evoluir com o vasto campo de aperfeiçoamento introduzido pela legislação recente.

E com isso o contador está passando por um momento que exige muita reflexão, pois com o avanço das informações aliadas ao grande desenvolvimento das telecomunicações, muitas

coisas estão mudando dentro das organizações que lançam mão frequentemente da tecnologia para auxiliar seus gestores nas tomadas de decisões.

Segundo Franco (1999, p.86), ao abordar sobre a Profissão Contábil e as expectativas da sociedade afirma:

A expectativa da sociedade cresce continuamente uma vez que ela vê a profissão contábil como capaz de enfrentar os desafios do futuro e de cumprir suas responsabilidades. A profissão tem, portanto, de avaliar e reconhecer até onde ela pode atender as expectativas da sociedade, sempre crescentes, adaptando-se às novas situações, seu crescimento será segurado.

Isso exigirá constante comparação entre as expectativas da sociedade e a capacitação dos membros da profissão para atender a essas expectativas. Ela terá, portanto, de atualizar constantemente seus conhecimentos pra justificar sua afirmação de que pode atender as necessidades da sociedade.

O mercado de trabalho atual exige competência de seus profissionais, que buscam conhecimento para atender as exigências e necessidades de mercado.

Apesar de a ciência contábil fornecer manancial de informações detalhadas e precisas aos gestores de empresas, estes não foram ainda devidamente cientificados do alcance dessas, e de sua importância para o planejamento e controle de suas atividades. Este fato tem inibido o desenvolvimento e reconhecimento de muitos contabilistas e suas empresas de contabilidade.

2.4 CONTABILIDADE INFORMATIZADA

Desde 1980 as mudanças em nossos procedimentos contábeis vem avançando de forma significativa. A era do processo artesanal foi substituída pelo mecanizado e logo em seguida, pelo processo automático. Com a tecnologia da computação a toda evolução, trouxe maiores benefícios para os profissionais da área contábeis, por ser mais prático fazer lançamentos no diário e razonetes da empresa. Após a era dos manuscritos, onde as escriturações contábeis da empresa eram feitas manualmente, como preenchimento de livros, diários, razão, entrada e saídas de mercadorias, etc.

Os profissionais que faziam a contabilidade manuscrita tinham grande dificuldade em manter suas escritas atualizadas, devido ao volume de informações e registros necessários, fazer um balancete de um era muito trabalhoso e exigia rigoroso controle das anotações (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Já com a chegada das máquinas mecânicas, o sistema contábil da época pode-se dar aliviado, com a utilização das máquinas da datilografia que ajudaram na área escrita, o surgimento dos processadores automáticos, que eram usados para o preenchimento de fichas (razão, estoque, fornecedores, etc...).

A Contabilidade atualmente dispõe de um grande aliado para aumentar sua eficiência, eficácia e produtividade. Para Bio (apud CORNACHIONE, 1990, p. 21), “é eficaz quando coloca no mercado o volume pretendido do produto certo para determinada necessidade” e “É eficiente quando consegue o seu volume de produção com menor dispêndio possível de recursos, portanto ao menor custo por unidade produzida”.

Atualmente a escrituração é feita eletronicamente, utilizando computadores e programas que o integram como ferramentas de trabalho. Não mais encontramos escritórios contábeis repletos de funcionários desempenhando funções repetitivas de registro de informações em livros fiscais ou mesmo datilografando folhas de pagamento, guias de impostos, balancetes, DRE, balanços patrimoniais etc.

A Contabilidade com as novas perspectivas do mercado vem crescendo o conceito social. Vem sendo redescoberta como o melhor instrumento para avaliar a gestão pública e a privada. Ter números confiáveis e indicadores precisos é decisivo na hora de escolher estratégias numa empresa ou num governo.

Hoje, necessita-se obter e apresentar informações em tempo limite, para isso dispomos do processamento eletrônico de dados. Que é capaz de servir com várias informações em tempo hábil, sem atropelos, para isso, usa-se o computador, que é um recurso que permite realizar tarefas com velocidade e precisão, entre elas; armazenagem de dados, armazenagem de arquivos, recuperação de dados, classificação, pesquisa, seleção, execução de cálculos, obtenção de resultados etc.

Essa ferramenta é de suma importância para a contabilidade atual ela diminuiu o volume de serviço, acabou com o trabalho repetitivo, auxilia na grande quantidade de cálculos, aproveita os dados armazenados, nos dá precisão, rapidez e confiança nas informações.

Quando se fala desse equipamento tão importante, temos de estar cientes que é um conjunto de componentes, o Hardware que é a parte física do computador e o Software que é sua parte lógica, ou seja, sua parte operacional, essa última para os contadores é a mais importante trata-se dos programas de computador- existe no mercado vários programas específicos para a contabilidade. Grandes quantidades de programas e aplicativos são lançadas no mercado para o serviço contábil, abrangendo varias áreas como principal exemplo a área de notas fiscais para a implementação de recolhimento de impostos.

Como produto dessa ferramenta hoje indispensável à contabilidade tem a internet, que veio para revolucionar a forma como a contabilidade é feita, pois agora não basta só gerar a informação ela precisa ser transmitida e disponibilizada.

A informatização proporcionou ao contador inúmeras facilidades, como lançamentos criados pelo sistema informatizado. Hoje a maior parte das empresas entre pequena, media e grandes partes são totalmente informatizadas.

Segundo OLIVEIRA (1997), algumas vantagens da contabilidade informatizada são:

- Aumento da produtividade
- Melhoria da qualidade dos serviços
- Mais estímulo para os profissionais da área
- Facilidade para a leitura previa dos relatórios
- Atendimento as exigências dos órgãos quanto ao
- Cumprimento de prazos
- Facilidade de acesso as informações da empresa
- Maior segurança das informações
- Menor espaço físico nos ambiente de trabalho

Estes são alguns exemplos que justificam a informatização contábil, tanto em empresas quanto em outras áreas. A evolução do profissional contábil. Como o uso da informática, possibilitou que este trabalho de forma envolvido no processo de informatização, por meio dos sistemas de comunicação. Os avanços tecnológicos deram contribuição para que os contadores repensassem em sua forma de trabalhar, utilizando desses benefícios dando origem a era digital.

2.5 CONTABILIDADE NA ERA DIGITAL

De acordo como foram feitos estudos a contabilidade tem evoluído com os tempos, no final da década passada essa evolução deu um salto incrível e mudou completamente sua forma de trabalho. Para se adequar às exigências do governo o contabilista teve que aderir totalmente a era digital aprendendo a dominar e usar as novas tecnologias.

O governo brasileiro com sua necessidade constante em arrecadar, investe pesado em tecnologia e construiu um dos mais modernos e eficientes sistemas do mundo, para controlá-lo e acompanhar da vida fiscal dos indivíduos e das empresas e logo esse sistema estará funcionando por inteiro, exigindo que o contabilista esteja atento, informado e constantemente atualizado, pois a partir de agora todo cuidado é pouco.

Esse sistema consiste em: Monitoramento de Contas Bancaria pelo Banco Central, feito por meio de um supercomputador chamado oficialmente de Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS, só há dois sistemas parecidos no planeta, um na Alemanha, outro na França, ambos inferiores ao brasileiro que é muito mais ágil e rápido nas informações.

Esse supercomputador promete ser uma ferramenta tecnológica decisiva no combate a fraudes, caixa dois e lavagem de dinheiro no Brasil, antes quando um juiz solicitava uma quebra de sigilo bancário, o Banco Central do Brasil enviava ofício para 182 instituições financeiras solicitando informações, agora com um clique, COAF, Ministério Público, Polícia Federal e qualquer juiz tem acesso a todas as contas existentes no país. O supercomputador T-Rex e o software Harpia da Receita Federal que terá capacidade de apreender com o comportamento dos contribuintes para detectar irregularidades.

Como verifica-se o governo possui ferramentas tecnológicas que permitem cruzar informações que envolva pessoas físicas através do CPF e pessoas jurídicas através do CNPJ on-line com: Cartórios, DETRAN e Bancos, ou seja, todas as informações sobre bens móveis, bens imóveis, cartões de crédito, aplicações e movimentações financeiras estarão sendo monitoradas, além das operações de compra e venda de mercadoria e serviços, essa última mediante a Nota Fiscal Eletrônica e Cupom Fiscal Eletrônico, sem falar no SPED, o controle é total nas esferas municipal, estadual e federal, o sistema de Notas Fiscais Eletrônica é tão eficiente que outros países estão no Brasil para conhecê-lo e copiá-lo.

Com isso cresce a importância do Contador que com o controle dos procedimentos contábeis tem a missão de ajudar o contribuinte a cumprir com todas essas exigências, pois os órgãos fazendários estão trabalhando para valer, com esse arsenal tecnológico seu poder de fiscalização esta cada vez maior.

Conforme Iudícibus (1997, p. 39):

Do ponto de vista puramente financeiro, em termos de mercado de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes. Na verdade, ainda estamos no liminar de uma era em que será reconhecida toda a importância da função contábil dentro das entidades.

Considerando o fim da escrituração tradicional em função dos meios eletrônicos, a evolução tecnológica vem gerando um impacto para o profissional Contábil.

Vive-se na era da escrituração digital, com o avanço dos sistemas de processamentos de dados, a Receita Federal disponibiliza um software que facilita a fiscalização por todos os órgãos fiscalizadores.

Devido ao novo sistema lançado pelo governo, a evolução tecnológica trouxe um grande impacto ao profissional contábil, pois com o aumento de sua responsabilidade o contador procura adaptar-se aos novos hábitos, buscando evoluir com a mesma velocidade que a tecnologia.

2.6 AS NOVAS TENDÊNCIAS DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO MILÊNIO

A contabilidade presta relevante serviços para o desenvolvimento das empresas e das nações e por isso não pode ser indiferente ao grande problema do mundo hodierno, que é a preservação do meio ambiente. A profissão contábil, como classe social extremamente útil a toda sociedade, pode contribuir para a solução de problemas ecológicos.

Outro aspecto relevante a abordar das novas tendências da contabilidade é o impacto da tecnologia da informação que pode contribuir de forma ampla com a utilidade das informações contábeis.

O mundo se transformou em uma aldeia global e, como não poderia deixar de ser, a contabilidade necessita acompanhar a evolução, para que produza, enquanto, ciência, subsídios úteis na área de atuação. É papel emergente da contabilidade o aprimoramento das relações sociais, demonstrando como ela pode contribuir para se obter uma melhor compreensão das relações que se desenvolvam entre empresas e sociedade.

Na medida em que fortaleça o uso da internet no meio contábil, os benefícios serão atingidos em uma maior velocidade, ampliando a disseminação do conhecimento contábil entre profissionais, professores e estudantes da ciência. A sociedade como um todo poderá se envolver com o conhecimento contábil, visitando sites de universidades, bibliotecas, institutos de pesquisas contábeis, consultar pronunciamentos pela FASB, IASC, AICPA, CFC e outros órgãos representativos da classe.

Segundo Franco (1999, p. 82):

O contador tornou-se um consultor profissional confiável, cujo aconselhamento é solicitado para ampla garra de assuntos. Para serem bem sucedidos, contudo, os contadores precisam, atualmente serem treinados de forma diferente. Além dos conhecimentos técnicos essenciais, o contador da atualidade precisa também desenvolver habilidades relativas à comunicação, as relações humanas e a administração, criando um balanceamento adequado entre a formação teórica e a experiência prática. De forma ainda mais fundamental, o treinamento deve, doravante, ser baseado em dois polos: educação inicial e educação continuada.

Martins (1993, p. 109) referindo-se a futuro da profissão contábil destaca:

A importância de se buscar uma maior aproximação entre a contabilidade e o usuário das informações contábeis para que as necessidades deste sejam identificadas e atendidas com maior eficácia. O usuário é o único agente que pode atribuir valor a contabilidade e todo planejamento contábil, desde a elaboração do plano de contas até a produção dos relatórios finais, deve começar partir dele (usuários internos e externos).

Hendricksen (1999, p. 49), considera que haverá uma interação intensa entre o usuário e a fonte produtora da informação, observando os seguintes parâmetros:

Uma visão simplificada dessas bases de dados será transmitida por linha telefônica aos usuários para transferência a seus discos compactos, que conterão algum pacote genérico de análise, incluindo menus que lhes permitem produzir p tipo de demonstração financeira que desejam [...] não precisarão escolher um método de reconhecimento de receita, por exemplo, mas serão capazes de oferecer uma variedade de métodos aos acionistas para suas análises. Gráficos dinâmicos de todos os tipos estarão disponíveis, permitindo aos usuários que acompanhem visualmente crescimento da empresa numa tela.

Ao referir-se às tendências e perspectivas da profissão contábil para o terceiro milênio, Dias Filho (2000, p. 9), menciona as seguintes:

O reforço da cultura geral exige que as cadeiras sejam lecionadas com o fim de ampliar o conhecimento do homem e do conteúdo de sua mente, quer no lógico, que no extralógico, com o destaque para o social.

A finalidade do conhecimento contábil é a eficácia da riqueza, ou seja, a satisfação das necessidades das células sócias, onde o homem é o centro e a riqueza o meio indispensável.

Cadeiras como as de Administração, Economia, Sociologia, Lógica Científica, Psicologia, Ética Profissional, Direito Internacional, Estatística, Finanças, Matemática Financeira, etc. devem ser lecionadas tendo em vista a preocupação das aplicações das mesmas à Contabilidade.

Não basta oferecer a teoria geral de tais disciplinas, sendo preferível até reduzir os detalhes das mesmas, mas, realizar desenvolvimentos aplicáveis ao campo de trabalho do Contador.

A orientação deve ser feita para que o aluno entenda porque está estudando a matéria e como dela poderá tirar proveito dentro de sua utilidade como profissional.

Relevo maior deve ser dado às cadeiras da área social e do âmbito da empresa e da instituição, ou sejam aquelas que possuem afinidade maior com o Contador (Administração, Organização, Direito, Economia, Sociologia).

As informações ganharam uma velocidade muito grande com os avanços tecnológicos, e a contabilidade enquanto ciência social aplicada não poderia ficar alheia a tanta evolução. A profissão contábil tem procurado acompanhar as mudanças que estão ocorrendo.

3 CONCLUSÃO

Enfim, todo este avanço valoriza ainda mais o profissional contábil, que frente a estas mudanças, trata de se atualizar. A contabilidade tem hoje a missão de informar não somente dados fiscais, mas também aspectos econômicos e gerenciais aos quais a empresa está sujeita, e tudo isto com maior exatidão, clareza e velocidade possível.

Acredita-se que o futuro reserva o maior de todos os desafios: a constante busca do conhecimento no intuito de melhorar todos os aspectos a vida das pessoas que é a razão da existência de qualquer ciência social.

Como se pode perceber o Profissional Contábil neste novo milênio deverá esforçar-se muito neste mercado competitivo e terá que usar de Criatividade, Dinamismo, Competência e Inovação.

Se a ciência evolui, o profissional também precisa evoluir a fim de acompanhar os novos conceitos utilizados e esta é a rotina dos contabilistas que não podem, em momento algum, deixar de se atualizar e estudar assuntos correlatados à contabilidade, ao mercado financeiro, ao sistema de tributação e à tecnologia que cerca todos estes conceitos.

RECOMENDAÇÕES

De acordo com os estudos realizados, a tecnologia vem sofrendo muitas modificações, um avanço que também atinge a área contábil. Devido a tantas mudanças os profissionais da área tendem também a buscar conhecimento e adaptarem-se as novas mudanças tecnológicas para melhor atender as atualizações do mercado, demonstrando um trabalho ágil, prático e confiável, nas entidades pelas quais presta serviço.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000

CORNACHIONE, Edgar B. Junhor. **Informática: aplicada as áreas de contabilidade, Administração e economia**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS FILHO, José Maria et; NAKAGAWA, Masayuki. **Reflexão sobre o ciclo de vida do conhecimento contábil**. Congresso de Goiânia, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. L. **Auditoria de negócios**, São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRICKSEN, Eldon S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio, **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. _____. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A contabilidade e o avanço da tecnologia**. Disponível em: <http://www.portaldoempresariocontabil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:a-contabilidade-e-o-avanco-da-tecnologia&catid=62:tecnologia&Itemid=8>. Acesso em: 11 mai. 2011.

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custo**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

RICCIO, Edson Luis & PETERS, Marcos R.S. **Ambiente virtual e flexibilidade: o impacto da tecnologia da informação sobre o sistema de informação contábil**. Trabalho apresentado no Congresso Internacional da Contabilidade, Finanças e Administração. Havana, Cuba, 1997.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MOURA, Herval Silva. **As novas tendências da contabilidade no terceiro milênio**. Disponível em: <http://ix.congresso.iscap.ipp.pt/resumos/brasil/tendencias_actuais_da_contabilidade/as_novas_tendencias_da_contabilidade_no_terceiro_milenio.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2011.